**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ANDERSON MANOEL CALEFFI

**A Educação na Primeira República na Cidade de
Santos
(1889 - 1908)**

**São Paulo
2014**

ANDERSON MANOEL CALEFFI

**A Educação na Primeira República na Cidade de
Santos**

(1889 - 1908)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em
Educação.

Área de Concentração: História da
Educação e Historiografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maurilane de
Souza Biccás

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

____ CALEFFI, Anderson Manoel

A Educação na Primeira República na Cidade de Santos (1889-1908)
/Anderson Manoel Caleffi ; orientação Maurilane de Souza Biccass. São
Paulo :s.n., 2014.110 p. : il., fotos.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em
Educação). Área de Concentração: História da Educação e
Historiografia – Faculdade de Educação da Universidade de
São Paulo)

1.República – Educação – Santos,SP 2. Escolas – História
– Santos, SP 3. História da educação I. Biccass, Maurilane de
Souza, orient.

CALEFFI, Anderson Manoel. **A Educação na Primeira República na Cidade de Santos**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em
Educação.

Área de Concentração: História da
Educação e Historiografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maurilane de
Souza Biccas

Aprovado em:
Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Dedico este trabalho à minha Família: exemplo de perseverança, modelo de valores, força para continuar a caminhada e motivação para meu futuro.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ter sido realizado sem o apoio dos meus colegas e professores, que, conscientemente ou não, contribuíram não só para esta pesquisa, mas também para meu crescimento pessoal. A todos, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço especialmente minha orientadora Profa. Maurilane de Souza Biccas pela paciência e atenção dispensada.

A todos os amigos e colegas do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE), às professoras Diana Gonçalves Vidal e Maria Ângela Borges Salvadori, e um agradecimento especial à Rachel.

Aos amigos Marina, Bruno, Alcides, que fizeram essa caminhada ser mais leve, contribuindo com sugestões e força nos momentos necessários.

Aos colegas Mariana e Odair da Fundação Arquivo e Memória de Santos que pacientemente facilitaram o acesso a documentação do Fundo Intendência, mesmo estando em processo de organização.

Ao CNPQ pela concessão da bolsa de mestrado que possibilitou que eu me dedicasse mais tempo para esta pesquisa.

*Essa felicidade que supomos,
Árvore milagrosa, que sonhamos
Toda arreada de dourados pomos,
Existe sim: mas nós não a alcançamos
Porque está sempre apenas onde a pomos
E nunca a pomos onde nós estamos.*

(Vicente de Carvalho)

CALEFFI, Anderson Manoel. **A Educação na Primeira República na Cidade de Santos**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

RESUMO

No início da República, a cidade de Santos transformou-se do ponto de vista administrativo, organizando-se como Intendências, em substituição ao antigo modelo de Câmaras Municipais do período Imperial. O primeiro grupo de Intendentes eleitos em Santos, em 1892, promulgou uma Constituição Municipal (1894). Nesse período houve a criação de diversas instituições educacionais na cidade, que contaram com a participação de diferentes estratos da população santista. O objetivo desta dissertação é identificar, conhecer e analisar as iniciativas educacionais públicas, privadas e particulares promovidas na cidade de Santos, no Estado de São Paulo, no período de 1889 a 1908. Foi realizada pesquisa histórico-documental, com a análise da Constituição Municipal de Santos e especialmente das atas do Conselho de Intendência e da legislação do período, bem como relatórios dos Intendentes Municipais e dos Inspetores Literários, jornais e periódicos, procurando identificar as diferentes iniciativas educacionais defendidas. O recorte temporal privilegiado será de 1889 a 1908, período em que vigorou o sistema de Intendências. Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, tem-se como objetivo identificar as iniciativas de escolarização promovidas por iniciativa particulares, como escolas de organizadas por imigrantes, associações de auxílio mútuo e por instituições confessionais, bem como mapear as estratégias de escolarização no âmbito estadual e municipal na cidade de Santos. No segundo capítulo, procurou-se verificar como foi a implementação da intendência municipal em Santos analisando a Constituição elaborada pelo grupo que estava à frente neste processo. Além disso, tentou-se compreender qual era o projeto educacional que estava sendo projetado. Por fim, no terceiro capítulo, pretendeu-se, a partir da discussão, criação e implementação de dos grupos Escolares "Cesário Bastos" e o Barnabé, demonstrar as disputas, conflitos, tensões, principalmente, entre os dois primeiros grupos, que representam republicanos com divergências.

Palavras-chave: República – Educação – Legislação – Santos

CALEFFI, Anderson Manoel. **Education in the First Republic in the city of Santos**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

ABSTRACT

In the early Republic, Santos city became from the administrative point of view organizing as intendancies, replacing the old model of Municipalities of the Imperial period. The first group of Stewards elected in Santos, in 1892, enacted a Municipal Constitution (1894). During this period there was the creation of various educational institutions in the city, which included the participation of different strata of the population of Santos. The objective of this dissertation is to identify, understand and analyze the public, private and private educational initiatives promoted in the city of Santos, in São Paulo, in the period 1889-1908. Historical and documentary research was conducted by analyzing the Municipal Constitution Santos and especially the minutes of the Board of Stewardship and legislation of the period, as well as reports of the Superintendents and Inspectors Municipal Literary, newspapers and journals, trying to identify the various educational initiatives advocated. The preferred time frame is 1889-1908, a period that lasted intendancies system. This work is structured in three chapters. At first we tried to identify the initiatives promoted by private schooling initiative, as schools organized by immigrants, mutual-aid associations, and religious institutions, as well as map out strategies for education at the state and municipal level, the city of Santos. In the second chapter as it was sought to verify the implementation of municipal stewardship in Santos analyzing constitution drawn up by the group that was ahead in this process. Also, try to understand what was the educational project that was being designed. Finally, the third chapter is intended from the discussion, creation and implementation of the School groups "Cesar Bastes" and Barnaby demonstrate disputes, conflicts, tensions, especially between the first two groups, representing Republicans with differences.

Key-words: Republic – Education – Legislation – Santos City

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Planta de Santos em 1878	20
Figura 2 -Planta Geral da cidade de Santos. 1894.....	22
Figura 3: Movimentadores e ensacadores de café.	45
Figura 4: O jornal santista <i>Tribuna do Povo</i>	65
Figura 5: Manuel Maria Tourinho.	67
Figura 6: Vicente de Carvalho. Sem data.	67
Figura 7: Os Redatores de <i>A Tribuna</i>	67
Figura 8:Antônio Manuel Fernandes .(em 1902.....	67
Figura 9: Alberto Veiga.,	67
Figura 10: Escola Barnabé s.d..	90
Figura 11: Mapa de Santos de 1894.	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escolas municipais de instrução primária criadas em Santos entre janeiro de 1902 e fevereiro de 1908	33
Tabela 2: Crescimento populacional em Santos	37
Tabela 3 - Maiores colônias de imigrantes residentes em Santos em 1913.....	41

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 – Iniciativas educacionais e as escolas santistas no período das intendências.....	19
1.1 Contexto geral da instrução em Santos na virada do século XIX para o XX	19
1.2 Demandas por educação em Santos séculos XIX para o XX	23
1.3 As primeiras escolas santistas.....	29
1.4 Santos e as estratégias de escolarização primárias públicas.....	30
1.5 Santos e as estratégias de escolarização primárias no âmbito particular ...	35
1.6 Escolas de Associações de Imigrantes.....	36
1.7 Escolas de trabalhadores e operários.....	44
1.8 Escolas confessionais.....	48
Capítulo 2 – A intendência municipal e a educação	50
2.1 O que foram as intendências municipais	53
2.2 Os sujeitos e grupos	60
2.2.1 Primeiro grupo	62
2.2.2 O segundo grupo	71
2.3 A Constituição Municipal - 1894.....	72
2.4 Fim de um projeto: A anulação da Constituição Municipal.....	79
Capítulo 3 – Grupos Escolares Cesário Bastos e o Barnabé e a Academia de Comércio de Santos – disputas de símbolos.....	82
3.1 Escola sem edifício: O primeiro Grupo Escolar Santista.....	82
3.2 O Legado Barnabé e o primeiro “Templo do Saber” de Santos	85
3.3 Academia de Comércio de Santos (Secundária)	92
Considerações Finais	98
REFERÊNCIAS	102

Introdução

O objetivo desta dissertação é identificar, conhecer e analisar as iniciativas educacionais públicas, privadas e particulares promovidos na cidade de Santos, no Estado de São Paulo, no período de 1889 a 1908. Na virada do Império para a República, foram instauradas em todo país as intendências municipais. No caso específico da cidade de Santos, além da intendência foi elaborada a 1ª Constituição municipal. A hipótese inicial, que constitui-se em parte do objeto desta dissertação, é que os primeiros intendentos eleitos e que elaboraram esta importante lei para o município tinha um projeto diferenciado para a educação.

No sentido de verificar essa hipótese é fundamental conhecer e analisar a configuração da escolarização presente no município de Santos, no período das Intendências Municipais (1889-1908), buscando verificar as políticas educacionais empreendidas nesse processo e período.

O recorte temporal privilegiado será de 1889 a 1908, período em que vigorou o sistema de Intendências. Foi realizada uma pesquisa histórico-documental, com a análise da Constituição Municipal de Santos e especialmente das atas do Conselho de Intendência e da legislação do período.

Diversos trabalhos têm como objeto a cidade de Santos no período republicano. No entanto, poucos são os que tratam especificamente de seus anos iniciais. No caso da temática da história da educação e do desenvolvimento do processo de escolarização, as pesquisas são ainda mais raras.

Contudo, as relações entre as transformações políticas e o surgimento de instituições educacionais em Santos podem ser analisadas sob um ponto de vista histórico a partir de elementos fornecidos por trabalhos realizados. Pereira (1996), por exemplo, tratou da educação popular na passagem do século XIX para o XX. Autores como Andrade (1989), Gitahy (1992) e Lanna (1996) se debruçaram sobre as modificações na composição

da população santista, bem como as alterações no modo de viver na cidade. Há ainda trabalhos específicos sobre a educação santista, como os de Vieira (2011), Silva (2009) e Carvalho (2006).

Realizaram-se um levantamento e uma revisão bibliográfica para se identificarem dissertações, teses, artigos publicados em periódicos, entre outros, que abordaram especificamente o contexto histórico da cidade de Santos no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX; e aqueles trabalhos que tematizaram a educação na primeira república.

A seguir apresento algumas dessas pesquisas, que têm como objeto a cidade de Santos e que foram fundamentais para este trabalho.

A primeira é a tese de doutorado da professora Wilma Therezinha de Andrade, intitulada *O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos 1870-1930*, constitui-se em uma importante referência para o estudo da cidade de Santos, na medida em que examinou como se deu o desenvolvimento e expansão urbana na passagem do século XIX para o XX, demonstrou que a expansão urbana e populacional estava relacionada a uma visão de modernidade e de progresso, relacionada ao crescimento comercial, devido especialmente ao café.

Ainda sobre o crescimento da cidade no final do século XIX, foi relevante a leitura do livro da pesquisadora Ana Lúcia Duarte Lanna: *Uma cidade na transição: Santos 1870/1913*, no qual a autora trata das transformações ocorridas na configuração da cidade, relacionando as mudanças urbanísticas com a chegada dos novos grupos sociais, especialmente os imigrantes que em grande parte vieram de passagem, por causa do porto, portanto, que iriam prosseguir viagem, mas e tantos outros que permaneceram na cidade de Santos e na região, tornando-se e compondo a massa de trabalhadores vinculados as inúmeras atividades do comércio e exportação de café.

Sobre esta importante questão dos imigrantes, dos que chegaram e permaneceram na cidade tomamos um importante trabalho, a tese de Eliane Veiga Porta intitulada *Imigrantes espanhóis em Santos, 1880-1920* – se propôs

a reconstituir a trajetória da imigração espanhola em Santos entre 1882 e 1920, período em que “o Brasil passava por profundas transformações: inseria-se no mundo capitalista com a exportação de café; politicamente entrávamos na República e, socialmente, abolíamos a escravidão(PORTA, p. 10):“atraindo os imigrantes com novas oportunidades especialmente na substituição da mão de obra utilizada nas lavouras de café”.

A autora demonstra como, a partir da década de 1870, Santos inicia sua transformação de uma cidade insalubre para uma cidade “moderna”, voltada para o comércio e polo de atração de quem buscava oportunidades de trabalho no porto, principalmente depois da construção do cais pela Cia. Docas e das intervenções sanitárias e urbanísticas na cidade. Por esse motivo, parte dos imigrantes que desembarcavam no porto santista rumo às lavouras cafeeiras paulistas acabava permanecendo na cidade.

Sobre a temática do trabalho e do movimento operário, foi fundamental a leitura do livro de Maria Lúcia Caira Gitahy, *Trabalhadores do Porto, Movimento Operário e Cultura Urbana em Santos, 1889-1914*, fruto de tese que tematiza como foi a construção do porto no contexto do advento da República, como uma das consequências destes processos, novos atores entram em cena, os trabalhadores e os operários, que passaram a se organizar e a exigir espaços de participação no campo político e social.

A dissertação de Carina Marcondes Ferreira Pedro intitulada *Casas importadoras de Santos e seus agentes: comércio e cultura material 1870 -1900*, trata da formação de um modo de vida burguês por meio do consumo de produtos estrangeiros. Este trabalho foi dividido em três capítulos: no primeiro denominado “Santos e o Comércio de Importação”, a autora abordou como eram estabelecidas as relações comerciais na cidade. No segundo capítulo, “As casas importadoras e suas trajetórias empresariais” analisou como foi a trajetória das próprias casas importadoras. No último capítulo, “Objetos importados: desde chita até locomotiva”, o enfoque foi dado aos produtos importados.

A autora, mostrou e analisou como as transformações da cidade desencadeou mudança nos tempos e nos modos de conviver, de comercializar,

na circulação das pessoas, que passaram a andar de bondes. Enfim, mudanças que tornou a cidade mais aceleradas em todos os âmbitos, seja no tempo da casa – da família; tempo do trabalho, etc.

A Imprensa na Cidade de Santos: 1849-1930, artigo de Alexandre Alves, contribui também na linha de compreender os processos de transformações da cidade, ao analisar mais de duzentos jornais e revistas, no período de 1849 a 1930, demonstrando como se deu as transformações da cidade, via circulação de pessoas, de informações e ideias, bem como a constituição de grupos sociais, que passaram a reivindicar seus direitos sociais e políticos, enfim, como todo este processo contribuiu para a constituição da identidade da cidade portuária mais importante do Brasil. (ALVES p. 39)

Alves aponta que, entre 1849 e 1930, a cidade contou com mais de duzentos jornais e mais de duas dezenas de revistas, o que demonstra uma dinâmica própria e a grande circulação de informações e ideias. Provavelmente isso acontecia devido a sua proximidade e ligação íntima com São Paulo e por suas atividades portuárias.

A leitura do livro da professora Maria Aparecida Franco Pereira – *Santos nos caminhos da educação popular: 1870/1920* – proporcionou a compreensão da situação geral da educação no período pesquisado e a relação das iniciativas educacionais com os projetos políticos, especialmente dos primeiros republicanos.

Em sua pesquisa a autora faz um levantamento das escolas existentes especialmente no período republicano, possibilitando caracterizar as iniciativas educacionais do período, apresentando um panorama educacional na cidade de Santos entre as décadas finais do império e as primeiras décadas da república.

As transformações da cidade e as consequências para a vida da população são um dos destaques na tese *A educação a serviço da “modernidade”: o Asilo de Órfãos de Santos (1908-1931)*, de Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira. De início a autora traça um panorama da educação na cidade no início do século XX e apresenta informações sobre a expansão do

ensino santista. Diversas ações foram efetuadas pela elite, entre elas a criação de um asilo para órfãos, as quais visariam ao reconhecimento de uma identidade social, reforçar uma posição de filantropia, visibilidade social e afirmar sua modernidade.

A principal fonte da presente pesquisa encontra-se nas Atas das Sessões da Câmara que tratam das discussões e debates, proposições de leis e cuidados com a administração da cidade de Santos no período estudado. Tais atas fornecem informações sobre pedidos de criação de escolas e seus peticionários, bem como a atuação política dos educadores que se dedicavam a este setor.

Todos estes trabalhos referenciados anteriormente, contribuíram para de um lado, verificar a inexistência de estudos e pesquisas, que abordam a temática sobre as iniciativas educacionais empreendidas pelo poder público e por particulares no final do séculos XIX e XX, bem como uma análise dos projetos educacionais implantados antes e depois da Proclamação da República. Por outro, ajudaram a compreender a cidade de Santos nos contextos históricos, político, econômico e social.

Esta pesquisa pretende compreender como se deram as ações públicas e particulares no processo de escolarização na cidade de Santos, mapeando as escolas existentes no período e analisando as ações dos grupos políticos, especialmente dos primeiros intendentos eleitos pelo povo. Como era comum a defesa da educação na propaganda republicana, e tendo em vista que os primeiros intendentos eleitos promulgaram uma Constituição Municipal dando indícios de um projeto diferente para a cidade, nossa hipótese é que nas práticas políticas deste grupo poderemos perceber iniciativas educacionais que diferiam dos demais grupos sociais.

Para a realização desta investigação utilizamos os acervos de vários arquivos. No arquivo da Fundação Arquivo e Memória de Santos levantei as atas de 1892 a 1902, período que compreende o mandato do primeiro grupo de Intendentos eleitos (os anteriores foram nomeados pelo Presidente do Estado), até a criação do segundo Grupo Escolar de Santos, a Escola Barnabé.

Foram analisados também os relatórios de Intendentes Municipais, de 1890 a 1908. Esses documentos, produzidos anualmente, abordam as políticas educacionais da Intendência. Os relatos das ações políticas do município permitem perceber quais os problemas da cidade e quais eram as soluções apresentadas, e com isso espera-se descobrir quais os debates postos em Santos no período.

No arquivo do Estado, levantei uma série de documentos para a realização do trabalho, entre eles localizei os relatórios dos Inspectores Literários, responsáveis pela fiscalização da educação.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizei também jornais do período, me apoiando em dois principais *A Tribuna do Povo* e o *Diário de Santos*, que forneceram relevantes informações sobre a cidade, a situação das escolas e o debate educacional, e etc.

Quando do início do programa de pós-graduação da FE-USP, tinha-se em mente um projeto de pesquisa que tratasse das transformações políticas, culturais e socioeconômicas ocorridas na cidade de Santos no início da República, analisando-se como se deu a escolarização na cidade, mas pela ótica dos intelectuais. Após levantamento da bibliografia produzida em História da Educação observou-se que faltavam trabalhos que estudassem a forma como a cidade de Santos transformou-se do ponto de vista administrativo, organizando-se como Intendências em substituição ao antigo modelo de Câmaras Municipais do período Imperial.

É com base nesses pressupostos que procurou-se relacionar as práticas e ações políticas dos Intendentes Municipais com os grupos que representavam e com os quais queriam controlar.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, *Iniciativas educacionais e as escolas santistas no período das intendências*, o objetivo é identificar as iniciativas de escolarização promovidas por iniciativa particulares, como escolas organizadas por imigrantes, associações de auxílio mútuo e por instituições confessionais, bem como mapear as estratégias de escolarização no âmbito estadual e municipal, na cidade de Santos. Apresento

também as iniciativas educacionais criadas no período das intendências para observarmos o que foi criado depois, buscando assim demonstrar se houve ou não priorização dos políticos responsáveis pelo município em relação a educação.

No segundo capítulo, *A intendência municipal e a educação*, procuramos verificar como foi a implementação da intendência municipal em Santos, analisando-se a Constituição elaborada pelo grupo que estava à frente neste processo. Além disso, procurar compreender qual era o projeto educacional que estava sendo planejado. Neste sentido, o capítulo anterior ajudou a mapear como a educação na cidade estava sendo realizada pelos gestores públicos, pelas iniciativas privadas e pelos particulares, ou seja, a sociedade civil organizada. O capítulo divide-se em três partes: a) o que foram as intendências municipais; b) constituição municipal; c) os sujeitos e grupos e suas práticas políticas e educacionais.

No último capítulo buscamos analisar a criação dos Grupos Escolares Cesário Bastos e o Barnabé, como um caso exemplar, onde podemos verificar o projeto delineado por dois grupos, os que assumiram as intendências, o primeiro era oposição ao segundo que assumiu. A implementação dos grupos Escolares “Cesário Bastos” e o “Barnabé” ajuda a compreender as disputas, conflitos e tensões desencadeadas por esses grupos de políticos. O estudo da criação da Academia de Comércio de Santos, no último ano do período estudado, pôde fornecer informações sobre as modificações no projeto educacional da municipalidade e na forma como a mesma passou a atuar na educação. As escolas aqui analisadas foram tomadas tendo como eixo articulador as várias disputas, que são muito mais do que as relacionadas aos projetos educacionais, pois apontam como se deu as apropriações de um símbolo republicano, o grupo escolar, que representava a modernidade, o progresso, a valorização da educação, prioridade de alguns e repúdio de outros.

Capítulo 1 – Iniciativas educacionais e as escolas santistas no período das intendências

Este capítulo tem como objetivo identificar as iniciativas de escolarização promovidas por iniciativa particulares e públicas. As escolas particulares são compreendidas como aquelas criadas pela sociedade civil organizada, tais como: as dos imigrantes, das associações de auxílio mútuo, e pelas instituições confessionais. Estaremos também apresentando e analisando as estratégias de escolarização empreendidas pelo poder público, ou seja, no âmbito estadual e municipal, criadas na cidade de Santos.

1.1 -Contexto geral da instrução em Santos na virada do século XIX para o XX

Santos é uma das povoações mais antigas do Brasil, mas até o início do século XIX foi uma vila pequena e sem grande expressão, assim como São Paulo. Fica situada em uma ilha a aproximadamente 70km da capital do Estado, é dotada de um estuário com acesso ao mar aberto, o que possibilita um porto favorável à atracação de embarcações. Uma exígua população viva do que produzia o mar, de pesca e atividades econômicas como a extração do sal marinho e a comercialização do óleo de baleia.

No final do período colonial a cidade se tornou importante com a construção do seu porto, local de escoamento da produção canavieira. No entanto, seu maior crescimento se deu no período imperial, quando passou a comercializar e exportar café:

“A expansão do cultivo de café e as riquezas advindas desse comércio fizeram o país experimentar notável impulso de progresso e de transformações sociais. As cidades que estivessem no caminho desse sistema exportador sofreriam enormes transformações. Suas funções seriam redefinidas e seus espaços internos redistribuídos”.
(SANTOS 2008 p. 26)

Na década de 1830, com o deslocamento do centro dinâmico da economia cafeeira para o Planalto Paulista, o porto de Santos assumiu uma posição cada vez mais estratégica na economia nacional. Foi graças a ele que Santos se desenvolveu e ganhou importância por suas atividades comerciais, ainda no início do século XIX com o início da exportação do açúcar produzido

no interior da Província de São Paulo, embora só tenha conhecido a prosperidade após sua escolha como “O porto do café” ¹.

Na figura 1, podemos ver a planta da cidade de Santos, feita por Jules Martin, em 1878.

Figura 1 - Planta de Santos em 1878. Fonte: Cartilha da História de Santos, de Olao Rodrigues, Santos/SP, 1980

¹A expansão das áreas produtoras cafeeiras do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista privilegiou Santos como porto de exportação reduzindo os gastos e o tempo da viagem.

Podemos perceber pelo mapa da cidade, que o processo de urbanização, em 1878, já era uma realidade. Em Santos funcionava: sete consulados, o americano, inglês, francês, italiano, belga, alemão, português; um banco inglês, duas igrejas; dois cemitérios, um público e um protestante; na área da saúde, a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital Português; duas fábricas (cal e sabão) e um curtume; na área do transporte, além do porto, havia trem e bonde; hotel; caixa d'água; alfandega; correio; loja maçônica e a cadeia. O que chama atenção é que uma escola é apresentada, a de aprendizagem para a marinha, nenhuma outra instituição escolar é indicada. Talvez isto mereça uma boa problematização, como uma cidade em crescimento exponencial, ou seja, um grande centro urbano da época dê tão pouca visibilidade aos espaços educacionais, como biblioteca, escolas, etc.?

Até o final do século XIX a cidade de Santos limitava-se a área central conforme é apresentado no mapa da figura 1, podemos perceber que o crescimento se dá em torno do porto, basta ver a localização da rede de transporte, do comércio local e para as exportações. Todo este crescimento produziu demandas de infraestrutura e serviços para a população que também aumentou bastante, como por exemplo, lazer, moradia, água potável, saúde e educação.

Por causa das péssimas condições da cidade, Santos frequentemente era vítima de severas epidemias. O porto não estava preparado para o embarque do crescente número de sacas de café. A população possuía hábitos a serem modificados, incompatíveis com o que se pretendia em termos de “civilização”.

A expansão urbana e a modernização da cidade só tiveram maior impulso a partir da incrementação do já movimentado porto, com o crescimento das exportações do café. A busca pelo saneamento, urbanização e embelezamento da cidade estavam intimamente relacionados à tentativa de evitar que fossem prejudicadas as exportações, o comércio local e os grandes produtores de café. Assim, a cidade cresce e se moderniza como consequência do comércio de café.

Embora já existisse preocupação com as mudanças necessárias à cidade, na passagem do século XIX para o XX a municipalidade não dispunha dos recursos necessários para implementá-las. O café trazia grandes

dividendos para as esferas estadual e federal. Frente ao possível prejuízo pela falta de investimentos na infraestrutura da cidade. Neste sentido, houve uma intervenção da União para a modernização do porto, construção do cais, saneamento básico da cidade. Tudo isto visando a melhoria do comércio e exportação do ouro negro brasileiro, o café.

Na figura 2, podemos ver a planta da cidade de Santos, 16 anos após a que apresentamos anteriormente.

Figura 2 -Planta Geral da cidade de Santos. 1894. E. Fuertes. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos. Envelope 01, fl. 6791, 1894

Na figura 2, podemos observar que nos primeiros anos da República a cidade de Santos passa por uma planificação, modificada a partir de uma concepção mais moderna de espaço físico. Podemos perceber que a cidade deixar se circunscrever o entorno do porto e se expande rumo à Barra, por meio avenidas planejadas.

Os grandes desafios que a cidade nas primeiras décadas do século XX eram: a erradicação das epidemias, que por mais de sessenta anos, assolavam a cidade; e, a preparação da infraestrutura urbana e humana para o aumento do comércio e a crescente exportação do café. O início da construção dos canais foi em 1907, o que ajudou a resolver a questão das inundações da cidade.

A cidade crescia em número de construções e também em população. Ainda não havia uma rede de ensino, mas diversas iniciativas escolares, independentes e na maioria particulares. Procuraremos analisar tais iniciativas para conhecer como se dava a escolarização na cidade.

1.2 - Demandas por educação em Santos séculos XIX para o XX

Como vimos anteriormente, não figuras 1 e 2, no mapa e planta da cidade de Santos, na virada dos séculos XIX para o XX, as informações sobre escolas praticamente não aparece. No entanto, quando foi instalada as Intendências, constatamos pelas atas que inúmeras escolas foram criadas, muitas empreendidas pelo poder público.

Nos anos de 1902 e 1907, o número de cadeiras de instrução primária administradas pela municipalidade aumentou de cinco para vinte e cinco. Em 1900 foi criado o Grupo Escolar Cesário Bastos, o primeiro da cidade, e, em 1902, o Grupo Escolar Barnabé. Surgiram ainda diversas instituições de diferentes grupos organizados pela sociedade civil organizada, umas mantidas por associações de auxílio mútuo, como a Sociedade União Operária e a Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio, outras por Centros de Nacionalidade como o Centros Espanhol, outras pensadas para serem escolas de formação profissional, como a Academia de Comércio de Santos e o Instituto Escolástica Rosa, além das escolas confessionais².

O aumento da procura por educação está relacionado também com o crescimento demográfico, tendo em vista que no final do século XIX, a cidade de Santos foi invadida por imigrantes e migrantes em busca de trabalho.

²Relatório da Câmara Municipal de Santos, SP, 1908, p. 48.

O grande número de estrangeiros pode ser percebido na composição dos alunos das escolas da cidade, como por exemplo:

Assim, em 1924 (um pouco além do período aqui abrangido) no Grupo Escolar “Barnabé”, da rede estadual, de 463 alunos matriculados, 310 são filhos de estrangeiros (153 brasileiros, 140 portugueses, 79 espanhóis, 66 italianos, 3 sul-americanos, 2 chineses, 3 japoneses, 3 outros. (PEREIRA, 1996, p. 59)

No entanto, a insuficiência da instrução dada à população já vinha sendo denunciada. Em artigo escrito no jornal Diário de Santos, datado de 20 de junho de 1894, o professor Carlos Escobar³, cobra a aplicação de recursos para a instrução primária da população. Ao se referir à intenção da Câmara de criar uma Academia de Comércio, critica o emprego de valores para a abertura de uma escola superior, quando, segundo ele, a instrução primária ainda era precária.

Grupos de políticos apoiados pelos poderes do Estado e do município se confrontavam por interesses políticos e econômicos. O Município buscava sua autonomia, enquanto o Estado utilizava-se de seus poderes constitucionais e prerrogativas legais para atuar de forma centralizadora

Foi no período de 1890-1896, em São Paulo, que o regime republicano paulista liberal-democrático procurou implantar uma estrutura de ensino público capaz de consolidar a construção de um Estado Democrático. O notável esforço foi, então, realizado na criação de escolas públicas de todos os níveis e graus. Esforço esse que perdurou, enquanto se manteve a crença no papel da educação como instrumento de reforma pública. (REIS FILHO, Casemiro, 1981, p. 4)

Diversas tensões se revelam na criação de escolas. Por exemplo, o comerciante santista Barnabé Francisco Vaz de Carvalhal, deixou em seu testamento, em 1892, uma dotação para a criação de uma escola pela municipalidade. Contudo tal instituição só foi efetivamente colocada a funcionar em 1902, dez anos depois do legado e dois anos depois da criação do primeiro Grupo Escolar de Santos, o Grupo Escolar Cesário Bastos de 1900, por iniciativa do Estado de São Paulo . Além disso, apesar da crescente demanda e das diversas iniciativas particulares de criação de escolas o terceiro grupo escolar só foi criado em 1915.

³Foi professor e Diretor dos Grupos Escolares Cesário Bastos e Barnabé, além de Inspetor Escolar.

Nesse sentido é esclarecedor o trabalho de Rosa Fátima de Souza (1998), que demonstra que a educação até então realizada tanto pelos particulares como pela a esfera pública, na República a gratuidade, a obrigatoriedade passa a ser um dos grandes compromissos por parte dos governos, ampliando os espaços públicos de instrução para a população e deixando de ser uma extensão da casa. Prédios com a finalidade específica para receber as escolas foram construídos, o propósito era deixar para traz os espaços improvisados, vivemos neste período a saída de “palafitas para os palácios”, infelizmente esta escola não chegou para todos nem nas cidades mais urbanizadas.

A casa-escola deveria refletir o papel social da instrução primária e os valores atribuídos à educação. Ela haveria de ser, antes de tudo, uma força moral e educativa(...) O edifício-escola deveria exercer, portanto, uma força educativa no meio social. (1998, pp. 122-123)

Essa discussão de um tempo e de um espaço próprios para a escola, pode se relacionar com a questão da construção de salas e prédios específicos para a educação em Santos, especialmente a Escola Barnabé e a Academia de Comércio de Santos.

Símbolos, ornamentos, monumentalidade: todos esses elementos da retórica arquitetônica dos primeiros edifícios dos grupos escolares exerceram uma função educativa dentro e fora da escola. Além disso, foram instrumentos importantes para a construção da identidade da escola primária. Devem, portanto, ser vistos como expressões do movimento da escola na construção das cidades e da cultura daquela época (SOUZA, 1998, p. 138)

No caso de Santos os grupos envolvidos com a educação vai defender uma concepção de escola, como apresentaremos mais adiante.

Para compreender o processo histórico da escolarização em Santos tomaremos alguns trabalhos acadêmicos produzidos nas últimas décadas que abordam como se deu transformações político, sociais de Santos. Pereira (1996), que em seu livro tratou da educação popular na passagem do século XIX para o XX e por autores como Andrade, em sua tese O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos 1870-1930 (1989), Gitahy em seu livro fruto de sua tese *Ventos do Mar. Trabalhadores do Porto, Movimento Operário e Cultura Urbana Em Santos, 1889-1914*(1992) e o livro de Lanna, *Ventos do Mar. Trabalhadores do Porto, Movimento Operário e Cultura Urbana Em*

Santos, 1889-1914 (1996), que se debruçaram sobre as modificações na composição da população santista, bem como as alterações no modo de viver na cidade,.

Do ponto de vista específico das iniciativas educacionais empreendidas em Santos no século XIX e início do XX, não localizamos nenhum estudo, mas temos uma larga produção realizada por outros pesquisadores brasileiros, entre eles apontamos o livro de Gondra e Schueller, intitulado, *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*, 2008, lançado pela editora Cortez e compõe a Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira. A proposta deste livro foi produzir uma síntese da história da educação no Brasil Imperial, os autores apoiaram em pesquisas acadêmicas e em várias fontes documentais tais como: relatórios de província, textos oficiais, etc.

O recorte temporal que a obra abarca vai de 1822 a 1889 e tem por objetivo geral levantar e analisar as estratégias e os sujeitos que se envolveram diretamente na mobilização e implementação de ações educativas no Império. No primeiro capítulo, intitulado *Formas do Brasil e formas de educacão*, aborda a discussão sobre a heterogeneidade e a diversidade que marcaram o processo de configuração da forma escolar brasileira, explicitando os cenários de diversas disputas políticas e sociais. Os modelos escolares foram tomados a partir de uma breve análise sobre como se o processo de apropriação dessas referenciais que circularam na sociedade oitocentista, marcado por uma multiplicidade de formas educacionais empreendidas tanto pela sociedade civil organizada no período como pelo poder público Imperial. O principal argumento desenvolvido por Gondra e Schueller, é que a escola foi uma dimensão central e fundamental no processo de formação do Estado e da nação. Neste sentido, a escolarização se colocava, por um lado, pela a necessidade de construção de uma identidade cultural, e, do outro, pela necessidade de se formar quadros dirigentes para ocupar posições importantes para a implementação do próprio governo Imperial.

As lutas por projetos políticos diferentes se colocaram neste processo, refletindo na multiplicação de formas de constituição da educação no

Brasil. No primeiro capítulo, foi ainda dada ênfase em como o Estado Imperial foi se consolidando também a partir das várias manifestações de práticas educativas.

No segundo capítulo, intitulado de: *As forças educativas*, Gondra e Schueller descrevem e analisam quais foram os processos e os sujeitos envolvidos na instrução elementar. Para isso, foram definidos três formas para olhar estas duas dimensões, na perspectiva do Estado, da Igreja e da Sociedade Civil.

No Estado Imperial, foram produzidas leis importantes no sentido de consolidar a autonomia e promover o desenvolvimento da nação. A instrução do povo foi vista como condição para construir um Estado civilizado e moderno. A ação empreendida pelas forças religiosas, foram segundo os autores exerceram um papel imprescindível na difusão da instrução no Império. O Estado Imperial e a Igreja articularam várias estratégias no sentido de realizar a instrução, na linha da filantropia e beneficência.

A instrução pública figura como demandas e também como proposições empreendidas pela sociedade civil, tais como: associações, sociedades filantrópicas, grêmios, etc. Aparecem como espaços criados e destinados à instrução de adultos trabalhadores, mulheres, crianças, negros libertos, estrangeiros. Também funcionavam como estratégia de aproximação entre as elites políticas, as camadas médias urbanas e o povo de uma maneira geral. É interessante, a maneira como os autores apresentam as propostas de cada um desses segmentos e também a dinâmica que foram ora aproximando, ora associando, ora contrapondo, as iniciativas do Estado, da Igreja e da Sociedade Civil, enfim, demonstrando como elas se colocaram como importantes iniciativas de instrução no Brasil do século XIX.

No capítulo três, *As formas educativas*, apresenta as especificidades, particularidades e singularidades que as formas de ensino constituídas no Brasil assumiram, bem como as articulações estabelecidas ou não entre estas mesmas formas, desenhando assim como se deu a instrução no período imperial. Gondra e Schueller apresentam como se deu o surgimento

e o desenvolvimento da escola elementar, enfocando: a instrução dos excluídos; os das instituições confessionais e dos internatos; das escolas secundárias e superior; das escolas militares; e, também das escolas de belas artes e de música. O que fica evidente é uma multiplicidade de formas voltadas para a instrução de diferentes grupos sociais, demonstrando assim como a trama social do Estado Imperial foi delineada, na qual a educação e a escola estavam presentes.

Os sujeitos da ação educativa, é o quarto capítulo desta obra, que tem por objetivo apresentar e analisar quem são os atores e que papéis desempenharam no contexto da instrução elementar no Brasil Imperial. Aborda a discussão sobre o processo de profissionalização docente, o papel do Estado Imperial neste contexto, dá também destaque sobre a entrada das mulheres tanto como alunas como professoras no cenário educacional brasileiro. O acesso dos negros à escola pública, as legislações produzidas para tentar “civilizar” o indígena, tendo a escola como instrumento privilegiado, foram ações destacadas pelos autores. Ao final do capítulo os autores tematizam a questão da construção da categoria infância.

No último capítulo, *Desafios para a História da educação*, os autores, fazem considerações sobre o papel deste livro em dar visibilidade à heterogeneidade de sujeitos, formas, espaços e práticas educativas formais e informais que coexistiram nesse tenso jogo de relações de poder.

No trabalho de Hilsdorf (2003), a autora analisa como os republicanos apropriaram-se da educação como um ideal, buscando implementar um “projeto de educação”:

a educação pelo voto e pela escola foi instituída por eles (republicanos) como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, e assim oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano: a prática do voto pelos alfabetizados e, portanto, a frequência à escola que formaria o homem progressista, adequado aos tempos modernos, é que tornariam o súdito em cidadão ativo. (HILSDORF, 2003, p.60)

A escola representaria, como também foi sinalizado por Gondra e Schueller (2008), um importante papel, funcionando como o local específico

dessa transformação e da construção de um novo modelo de homem, cidadão e mesmo da nação brasileira:

“A educação escolar foi instituída por eles como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, e assim oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano: a escola tornava o súdito em cidadão, i.e., no homem moderno e progressista.” (Hilsdorf, 2003, p. 54-5).

Vemos que diferentes formas de compreender a educação conviviam no período, monarquistas, republicanos, diferentes grupos sociais percebiam a educação como forma de firmar-se socialmente ou para resolver seus problemas. A seguir procuramos identificar especificamente as principais ações e instituições educativas criadas e mantidas na cidade.

1.3 - As primeiras escolas santistas

O início da educação em Santos se deu ainda no período colonial, a partir de iniciativas da Igreja Católica. O Colégio dos Jesuítas⁴ foi um dos primeiros, tendo funcionado até a expulsão destes do país no século XVIII, com a implantação da reforma educacional pombalina e a criação das aulas régias.

O recenseamento realizado em Santos, em 1913, traz informações sobre o século XIX, especificamente de 1873, referentes à educação:

Quanto à instrução, diz ele que o Município, além de 6 escolas primárias para o sexo masculino e 4 para o sexo feminino, contava, ainda, três escolas de instrução superior, sendo duas para homens e uma para mulheres. Por mais pesquisas e indagações que fizéssemos, junto aos anciãos mais autorizados da cidade, não conseguimos saber que institutos eram esses, de instrução superior, dos quais nunca tínhamos ouvido falar, e que ninguém nos soube dizer em que local funcionavam e quem eram seus diretores. Tratar-se-ia de simples escolas de ensino secundário, que a Comissão reputava como escolas superiores? Não é possível admitir essa suposição, porque da Comissão faziam parte dois varões cultos e que tinham cursado estabelecimentos oficiais de ensino superior em nosso país: o dr. Ignacio Cochrane e o dr. Magalhães Castro. É um mistério que não conseguimos, por enquanto, esclarecer. (CENSO 1913 p. 45)

Como podemos perceber, existiam 6 escolas primárias para os meninos e 4 escolas para meninas. Para a Instrução superior existiam duas

⁴Ver SILVA JUNIOR; VIEIRA, 2009.

para homens e uma para mulheres. O fato de não se ter informações sobre onde funcionaram é uma pena, mas se focarmos no número de escolas existentes para meninos e meninas, no ano de 1873, já indica um crescimento em relação aos dados obtidos por Hilsdorf (2003), referentes ao final do século XVIII e nos primeiros anos do XIX, quando Santos contava as seguintes cadeiras: primeiras letras, ministrada pelo professor José Leocádio Pinto de Moraes, que funcionou de 1795 a 1801; e, a de gramática latina, ministrada por José Luís Moraes Castro que funcionou de 1786 a 1801 e nesta última data contava com 5 alunos.

Como vimos, a partir de meados do século XIX surgiram projetos educacionais a partir de diversas iniciativas promovidas por associações, religiões e esferas governamentais.

1.4 Santos e as estratégias de escolarização primárias públicas

A análise dos relatórios da Intendência Municipal já no período republicano, aponta as formas de escolarização existentes. É interessante, por exemplo, a justificativa que foi dada para a criação da Biblioteca Pública da cidade, indício que as ideias de instrução e de cidadania caminhavam lado a lado:

Sendo opinião dos grandes pensadores que para haver bom governo é necessário haver instrução do povo; sendo certo que a leitura de bons livros concorre poderosamente para fazer bons cidadãos [...] (Indicação ao Conselho de Intendentes de Santos de 18/08/1891).

Há outras sugestões da importância dada à educação pelos republicanos santistas, mesmo durante o império. O vereador Júlio Conceição⁵, por exemplo, pediu, em 10 de janeiro de 1888, que conste no código de posturas a obrigatoriedade do ensino público na cidade. (RELATÓRIO da Intendência Municipal, 1891 p. 77)

⁵Júlio Conceição foi comerciante na Praça. Vereador à Câmara Municipal, exercia a presidência em 1889, quando a 21 de novembro, em sessão histórica, foi votada moção de solidariedade e apoio ao Governo Provisório de Deodoro da Fonseca. Ainda fez parte do Conselho de Intendência nos exercícios de 1891 e 1892. Diretor do Banco Mercantil em 1899, Provedor da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de 1897 a 1901 e um dos fundadores do Asilo de Órfãos, hoje Associação Casa da Criança. [...] Nomeado testamenteiro de João Otávio dos Santos, publicou uma monografia em que prestou contas de todos os bens e haveres deixados pelo criador do Instituto D. Escolástica Rosa. Esse varão ilustre, grande botânico, faleceu em Santos a 10 de dezembro de 1933. (RODRIGUES, 1975, p. 377)

No relatório da Câmara Municipal de Santos de 1898, por exemplo, há a afirmação de que:

Instruir o povo é prevenir a ochlocracia, é civilisar o espírito popular, é avigorar a consciência pública. A república só poderá ser compreendida, só poderá produzir os seus verdadeiros benefícios, quando o povo pela instrução, se capacitar de que agitar, perturbar a Republica é esmagar a própria conquista, mas, para o povo ser grande, para tornar-se majestoso e digno, não lhe é mister derrocar Bastilhas, cumpre-lhe somente conquistar o livro, invadir a escola. (Relatório da Câmara Municipal de Santos de 1898 p. 26)

Vários outros trabalhos já analisaram o projeto republicano, ou seja porque escolarizar a população: homogeneizar, civilizar, moralizar, para construir a nação republicana. A educação é o eixo principal, no caso da cidade de Santos, observa-se que os mesmos princípios foram defendidos e circulados na construção deste projeto republicano. Soma-se a isto a necessidade de alfabetizar as massas, a nova sociedade republicana precisava de cidadãos instruídos.

A década de 1890 foi de fundamental importância para a educação, no que tange à reformulação da legislação de ensino, e também na criação de novas escolas e prédios escolares. Foi pelas iniciativas dos governantes do Estado de São Paulo que desejavam alinhar o progresso da economia cafeeira com o desenvolvimento de cidadãos paulista, que a instrução ganhou força. Pelo menos é essa a ideia apontada pelo Anuário de Ensino de 1907:

O período que decorre de 92 a 97, foi indiscutivelmente um dos mais fecundos na evolução do ensino em S. Paulo; nelle se consolidou a legislação escolar; nelle se operaram os mais assignalados progressos: foi uma época de trabalho, de entusiasmo e, por isso mesmo, de extraordinário brilho.

Em conclusão, o período de 92 a 97 mereceu o titulo de período áureo da instrução paulista. (ANNUARIO, 1907-1908, p. 30)

A partir da implantação da República, a instrução pública⁶ foi tomada como importante ideal do regime, e diversas medidas foram tomadas para que a mesma fosse expandida. Como o sistema federativo foi o escolhido, cada Estado brasileiro teve autonomia para implantar sua rede educacional de acordo com suas particularidades administrativas e econômicas:

⁶Definem-se como iniciativas públicas aquelas que nascem de ações do próprio governo, motivadas por representantes políticos ou, ainda as iniciativas oriundas de reivindicações populares e organizadas pelo poder público (ABREU, 2013 p. 89).

O crescimento da rede estadual de ensino foi impulsionado pelo ideário republicano, pelos lucros da lavoura de café, pela imigração e pela urbanização, mas foi beneficiado, sobretudo, pela Constituição de 1891, que determinou a retenção dos impostos de exportação pelos Estados, ao passo que a União ficou com os impostos de importação, o que aumentou substancialmente a receita do Estado de São Paulo (Lourenço e Razzini, 2010, p.498).

No entanto, os documentos consultados mostram que início do período que se estudou, Santos ainda contava com poucas escolas de iniciativa pública: até o final do século XIX a cidade contava apenas com seis cadeiras, além das particulares que já atendiam parte da população:

Contava a Cidade em 1885 duas escolas públicas, com seis cadeiras: três para o sexo masculino e três para o feminino, ocupadas respectivamente pelos professores Joaquim Carneiro da Silva Braga, Tobias Jardim Martins da Silva, Aprígio Carlos de Macedo, D. Gabriela Augusta da Rocha Guimarães, D. Ermelinda Rosa de Toledo e D. Joana Francisca Machado de Macedo. Na Barra havia uma escola, com duas cadeiras regidas pelos professores Daniel Teotônio Ferreira e D. Justina Arouche do Espírito Santo (RODRIGUES, 1973 p.73).

Somente em 1902 haveria de fato uma expansão no número de cadeiras por iniciativa da municipalidade, quando a cidade passou a ter 25 escolas públicas.

A tabela seguinte apresenta um levantamento das escolas criadas entre 1902 e 1908 pela Intendência Municipal.

Tabela 1: Escolas municipais de instrução primária criadas em Santos entre janeiro de 1902 e fevereiro de 1908

	ESCOLAS	ANO	PROFESSOR NOMEADO	LEGISLAÇÃO DE CRIAÇÃO
1.	Escola Municipal Noturna (1ª zona)	1902	Francisco Rodrigues de Melo (Ramiro Vianna)	Sem informações
2.	Escola Municipal Noturna (2ª zona)	1902	Olyntho Paiva	Sem informações
3.	Escola Municipal Noturna (3ª zona)	1902	Archimedes Ferraz Moreira	Sem informações
4.	Escola Municipal Noturna de Villa Mathias (4ª zona)	1902	Antonio de Oliveira Passos Sobrinho	Sem informações
5.	Escola Municipal Noturna (5ª zona)	1902	Ramiro Vianna (Francisco Rodrigues de Melo)	Sem informações

6.	Escola Masculina do Bairro da Bocaina	1902	VirgilioSchutelAmbramer (José Alves de Melo)	Sem informações
7.	Escola Feminina do Bairro da Bocaina	1902	Isabel Sampaio	Sem informações
8.	Cadeira do ensino primário feminino no Bairro da Ponta da Praia	1902	Pedrina Fernandes Pimentel	Sem informações
9.	Cadeira do ensino primário feminino no Bairro do José Menino	1902	Rosa Victor de Almeida	Sem informações
10.	Cadeira de instrução primária para o sexo masculino no Bairro da Cachoeira	1902	Gabriel Bento de Oliveira Filho	Sem informações
11.	Escola de instrução primária do sexo masculino no Bairro do José Menino	1903	João Christiano de Oliveira	Sem informações
12.	Escola mista de instrução primária na Vila Macuco	1903	Herthildes dos Santos Lima	Lei Municipal n. 193, de 23/11/1903.
13.	Escola de instrução primária do sexo masculino do Bairro Juqueí	1904	Manoel Ferreira de Mattos	Lei Municipal n. 196, de 9/03/1904.
14.	Escola mista de instrução primária no Bairro da Enseada de Santo Amaro	1906	Rita de Nardis	Lei Municipal n. 211, de 14/03/1906.
15.	Escola de instrução primária para o sexo masculino no Bairro da Bertoga	1906		Lei Municipal n. 242, de 11/11/1906. Salário do professor: R150\$000.
16.	Escola mista de instrução primária no Bairro Nova Cintra	1907	Afonsina Proost de Souza	Lei Municipal n. 272, de 03/07/1907. Salário do professor: R200\$000 e de Itutinga: R150\$000
17.	Escola de instrução primária para o sexo masculino no Bairro Itutinga - Cubatão (suprimida no início do	1907		Leis Municipais n. 272, de 03/07/1907 e 273 de

	ano seguinte)			10/07/1907. A primeira criou uma escola mista, a segunda a revogou e criou uma para o sexo masculino. Lei Municipal n. 291, de 02/01/1908.
18.	Escola de instrução primária para o sexo masculino na Rua Marques de Herval (a ser suprimida quando for criado o Grupo Escolar na região)	1907		Lei Municipal n. 274, de 31/07/1907.
19.	Escola mista de instrução primária no bairro Vila Macuco	1907		Idem
20.	Escola mista de instrução primária (zona compreendida entre Avenida Conselheiro Nébias e Paquetá)	1907	Semiramis Moreira Domingues	Lei Municipal n. 282, de 13/11/1907. Salário: Rs200\$000
21.	Escola mista de instrução primária (zona compreendida entre as ruas General Câmara, Luiza Macuco, Av. Conselheiro Nébias e Rua do Rosário – lado do mar)	1907	Judith Bittencourt Brito	Lei Municipal n. 287, de 27/11/1907.
22.	Escola mista de instrução primária no Bairro do Cubatão	1907	Anna Dias Pinto e Silva	Lei Municipal n. 290, de 27/11/1907.
23.	Escola mista de instrução primária na Rua de São Bento ou imediações	1908	Candida Flora de Oliveira	Lei Municipal n. 292, de 02/01/1908.

Fonte: VIEIRA, 2011, p. 73 - Atas da Câmara Municipal e Livro de Registro de Leis do período.

Nos documentos analisados conseguimos identificar a criação de vinte e três escolas pela municipalidade, além do nome de dezenove docentes que atuaram nas mesmas.

Entre esses professores, nove eram do sexo masculino e dez do sexo feminino. Os homens lecionavam nas escolas noturnas e masculinas enquanto as mulheres o faziam nas escolas mistas e femininas.

Não foram criadas escolas somente na área urbana de Santos, mas também nos seus arrabaldes, como Bocaina, Ponta da Praia, José Menino, Cachoeira, ou seja, localidades distantes do centro urbano, próximas à Barra, que nesse período passava a receber relevante número de moradores.

Bairros operários como a Vila Mathias, Vila Macuco e Nova Cintra, habitados principalmente por imigrantes e trabalhadores portuários, também foram contemplados.

Também receberam escolas municipais localidades que hoje já não fazem mais parte de Santos, constituindo cidades emancipadas, como Santo Amaro (Guarujá), Cubatão e Bertioga.

1.5 Santos e as estratégias de escolarização primárias no âmbito particular

Santos contou com algumas escolas criadas por pessoas e grupos preocupadas com a formação educacional dos jovens santistas. Infelizmente conseguimos poucas informações sobre elas, tendo em vista que não preservaram sua documentação. Geralmente encontramos apenas a identificação do nome da escola, local de funcionamento e nome do diretor ou de alguns professores. Os dados que conseguimos foram retirados de jornais, memorialistas e de alguns trabalhos sobre a educação na região.

Entre as escolas de iniciativa de particulares podemos encontrar:

O Colégio Alemão foi criado pelo negociante Guilherme Dellius⁷, que a dirigiu até 1873, sendo posteriormente dirigida por Max Hat e depois por Emílio Oscar Fischer.

A Escola do Povo foi fundada por Antônio Manuel Fernandes, intendente santista, a escola criada por ele funcionou em 1878 na sua própria residência. O escritor Júlio Ribeiro, autor do romance *A Carne*, também teve uma escola na cidade. O abolicionista e republicano Antônio da Silva Jardim, que criou a Escola José Bonifácio em 1886.

1.6 Escolas de Associações de Imigrantes

O crescimento da população na cidade de Santos no período de 1772 a 1913 foi muito grande, chama a atenção o final dos séculos XIX e início do XX, devido a entrada dos imigrantes no país, que mesmo sabendo que milhares se deslocaram para outras cidades, estados e países, uma parte significativa ficou na cidade mudando o cenário urbano, cultural, econômico, social e educacional. Vejamos a tabela 2:

Tabela 2: Crescimento populacional em Santos

Período histórico	Ano do censo	Número de habitantes por sexo			
		H.	M.	Escravos dos dois sexos	Total
Tempos coloniais	1772	942	1.139	--	2.081
	1814	1.319	1.674	2.135	5.128
	1816	1.236	1.591	2.053	4.880
Primeiros anos da Independência	1822	1.173	1.523	2.085	4.781
	1828	1.294	1.504	2.348	5.146
Segundo Império	1854	2.440	2.226	3.189	7.855
	1872	4.108	3.477	1.606	9.151
	1886	--	--	--	15.505
Período republicano	1890	7.150	5.862	--	13.012
	1900	27.688	22.701	--	50.389
	1913	49.482	39.485	--	88.967

Fonte: Recenseamentos de 1772 a 1913

Podemos verificar que no segunda metade do período imperial, em 1872 a 1886 a população da cidade quase dobrou. No período de 1890 a 1900 ela cresceu 4 vezes mais. É mais impressionante ainda o crescimento de 1900 a 1913, a população em 13 anos cresceu em torno de 30%. Este

⁷ Guilherme Dellius foi o criador de um dos primeiros jornais santistas de que se tem registro: a *Revista Comercial*, de 1849.

crescimento é tanto pelo fato de milhares de imigrantes ter optado por ficar na cidade, mas também por causa da migração interna, atraída pelo comércio do café e pelo porto.

Em Santos, o contingente imigrante, em particular de ibéricos, foi incorporada em serviços estratégicos ao funcionamento básico da economia agroexportadora nos armazéns de café e docas, onde exerceram atividades de doqueiros, estivadores, ensacadores e carroceiros. (MATOS, 2005 p.13)

Esclarecedora é a tese de Eliane Veiga Porta, que se propõe a reconstituir a trajetória da imigração espanhola para Santos entre 1882 e 1920. Nesse período “*o Brasil passava por profundas transformações: inseria-se no mundo capitalista com a exportação de café; politicamente entrávamos na República e, socialmente, abolíamos a escravidão*”, atraindo os imigrantes com novas oportunidades especialmente na substituição da mão de obra utilizada nas lavouras de café. (2008 p. 10).

A autora demonstra como a partir da década de 1870 Santos inicia sua transformação de uma cidade insalubre para uma cidade “moderna”, voltada para o comércio e polo de atração de quem buscava oportunidades de trabalho no porto, principalmente depois da construção do cais pela Cia. Docas e das intervenções sanitárias e urbanísticas na cidade. Por esse motivo, parte dos imigrantes que desembarcavam no porto santista rumo às lavouras cafeeiras paulista acabava por permanecer na cidade.

Satie Mizubuti em seu artigo “*Sobre a mão-de-obra industrial no Brasil e a imigração estrangeira 1890-1930*” traça importante retrato da questão imigrante, especialmente informando que a maioria dos operários das indústrias eram imigrantes: “*Em 1901, a população operária do Estado de São Paulo foi calculada em 50.000 pessoas, das quais os brasileiros não chegavam a 10%*”. Para Santos e Rio de Janeiro provinham principalmente portugueses e espanhóis, enquanto os italianos destinavam-se para as lavouras do interior do Estado de São Paulo. (Mizubuti, 2001 p. 3)

Muitos espanhóis imigravam com seus próprios recursos e se estabeleciam em Santos a convite de parentes ou patrícios, já com ocupações

definidas. Geralmente exerciam as mesmas ocupações⁸ que os portugueses: “*que dentro dos domínios do porto trabalhavam como estivadores, carregadores, ensacadores, ou então no comércio de bares, tavernas, restaurantes, pensões, hotéis e ambulantes*” (PORTA, 2008 p. 49) A maioria dos espanhóis era originária da Galícia e exerciam a atividade de calceteiros, confeccionando muros e calçamentos em pedras. Outros tiveram muito sucesso e trabalhavam como comissários, representantes comerciais e importadores.

Os imigrantes trabalhavam e viviam em péssimas condições: alto custo de vida, elevação do custo das moradias, baixos salários, longas jornadas de trabalho, insalubridade, elevados índices de acidente de trabalho, etc., eram freqüentes. (MIZUBUTI, 2001 p. 5)

Devido às péssimas condições de trabalho e vida em diferentes momentos foram organizados protestos e greves por melhores condições de trabalho. Mizubuti apresenta em seu trabalho as diferentes formas de organização operária, como o socialismo, o anarquismo e o trabalhismo. Notadamente sobre o socialismo a autora cita Santos pioneira em organizações desse tipo:

Vários centros socialistas foram criados nessa época, notadamente na cidade de Santos. Esta cidade havia sido núcleo de propaganda republicana e abolicionista, com um razoável contingente de trabalhadores com experiência de algumas greves. Mas, entre os precursores do socialismo, havia muita confusão quanto aos princípios marxistas e acabou prevalecendo o evolucionismo de Spencer, optando claramente por um reformismo, rejeitando a ação revolucionária. Os socialistas sempre buscaram a conciliação social. Para eles, a organização sindical deveria servir, antes de mais nada, para conter as greves. (2001 p. 8)

Lanna (1996) que realizou pesquisa sobre a cidade de Santos no período de chegada das grandes levas de imigrantes, aponta a forte relação entre a presença de imigrantes e o movimento operário. A autora aponta ainda que estes grupos trouxeram novas ideias sobre liberdade, melhores condições de vida, etc. Eles foram os grandes idealizadores do movimento operário, das greves e reivindicações do início da república.

⁸ A respeito dessas ocupações relacionadas ao porto, eram todas dominadas pela Cia. Docas, e ocorria, algumas vezes divisões baseadas no fator racial, como forma de controle.

É esclarecedor nesse sentido o trabalho de Ana Luiza Jesus da Costa que aponta as estratégias de formação e iniciativa dos operários, destacando que a historiografia nem sempre deu a devida importância às iniciativas dos nacionais. Citando uma das obras analisadas, afirma:

A preocupação com o papel ativo do público leitor, bem como a concepção de que também sujeitos analfabetos poderiam ter acesso e fazer uso das notícias e ideias veiculadas pelos jornais e revistas, nem sempre esteve presente na historiografia da imprensa. (...) Sua abordagem faz com que a figura das lideranças operárias, os redatores dos jornais, segundo a autora, imigrantes europeus, em geral, obscureçam a importância do restante da classe naquele contexto (COSTA, 2012 p. 149)

A presença de imigrantes em Santos já era percebida desde mesmo antes do auge do café, como, por exemplo a colônia inglesa da cidade que forma-se desde meados do século XIX por conta da instalação de empresas de transporte, iluminação, telégrafo e agências de bancos (como por exemplo, as inglesas The City of Santos Co. e São Paulo Railway responsáveis respectivamente pelos serviços públicos e pela Ferrovia Santos-Jundiaí), as livrarias, como o famoso Bazar Paris⁹, as peças de teatro e espetáculos que vieram por Santos, os navios e *paquets* que paravam com regularidade no porto da cidade, os produtos importados que passaram a ser consumidos, são sinais dos costumes e hábitos dos estrangeiros impactando o cotidiano da cidade e da população.

Contudo, há indícios também do movimento inverso: a cultura brasileira também foi assimilada pelos imigrantes. É certo que correntes de pensamento e de ideologias de esquerda se espalharam entre imigrantes e demais operários, mas não podemos desconsiderar que estes mesmos imigrantes foram tocados pelo modo de vida e pelo pensamento dos brasileiros em relação às suas lutas e reivindicações por uma vida melhor.

Para assegurarem melhores condições de trabalho e vida os espanhóis, seguindo o exemplo de outras colônias estrangeiras, reuniram-se em associações, como o Centro Espanhol (1895), a Sociedad Espanola de Repatriación (1902) e a Sociedad Espanola de Socorros Mútuos y Instrucción

⁹O Bazar trazia publicações da França e de Portugal, e ficou conhecido por ser procurado por escritores e intelectuais de todo o Brasil.

(1900). Diversas instituições similares foram criadas no período para os trabalhadores santistas, com participação de espanhóis em seus quadros, com destaque para a Associação Comercial de Santos, a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio¹⁰ e a União Operária. “A presença dos espanhóis não se restringiu o âmbito econômico, mas chegou também às lutas operárias por condições e salários mais dignos, aspecto esse de grande importância” (PORTA p. 80)

O crescimento das atividades portuárias em Santos, notadamente relacionadas ao comércio do cafeeiro, foi uma das motivações para a vinda de pessoas de fora da cidade especialmente imigrantes. As condições de trabalho, contato com ideais e correntes filosóficas de esquerda firmaram uma classe operária consciente e aguerrida na luta por seus direitos. Como foram muitos os movimentos por melhores condições de trabalho, e greves, por isso, a cidade ficou conhecida como a “*Barcelona brasileira*”. Na tabela 3 a seguir podemos ver os números dos principais grupos de imigrantes que permaneceram em Santos e o grau de instrução destas pessoas.

Tabela 3 - Maiores colônias de imigrantes residentes em Santos em 1913

Indivíduos	Número de indivíduos			Sabem ler e escrever			Porcentagem		
	H.	M.	Total	H.	M.	Total	H.	M.	Total
Portugueses	14.986	8.069	23.055	6.421	1.275	7.696	42,84	15,80	33,38
Espanhóis	4.828	3.515	8.343	2.321	863	3.184	48,07	24,55	38,28
Italianos	2.066	1.488	3.554	1.020	379	1.399	49,37	25,47	39,36

FONTE: RECENSEAMENTO de Santos 1913

Muitas comunidades de imigrantes ao se instalarem no país criaram associações para auxílio e socorro para seus compatriotas, não era incomum, organizarem espaços de bibliotecas, de cursos de alfabetização de adultos e profissionalizantes. Em Santos os três grupos de imigrantes em maior número foram respectivamente os portugueses, espanhóis e italianos. O Censo de 1913 apresenta dados sobre o nível de escolaridade destes grupos:

Para a alta percentagem de analfabetos contribui muito poderosamente a massa proletária da população estrangeira,

¹⁰Essas duas instituições são complementares no que tange a representação perante aos órgãos patronais e do operariado e pequeno comércio.

sobretudo a portuguesa, a espanhola e a italiana. Num estudo que fizemos separadamente dos quadros gerais, após a conclusão dos trabalhos censitários, verificamos que em 100 indivíduos de cada nacionalidade abaixo discriminada, sabiam ler e escrever: (Censo 1913 p. 53)

O grande número de imigrantes e trabalhadores em Santos propiciou a circulação de pessoas e demandas por criação de lugares diferentes para que pudessem conviver, socializar, trocar ideias e etc., tais como: centros de nacionalidade; escolas de imigrantes; bibliotecas; vilas operárias e jornais operários entre outros, eram locais privilegiados de encontro e de formação.

Com um número grande de imigrantes (44% da população) e com mais de 10486 operários com o setor de serviços mais desenvolvido (ferrovias e porto), embora as atividades industriais (976 operários) sejam secundárias, Santos tornou-se um dos pontos privilegiados do surgimento do movimento operário e das ideologias que o incentivaram. (PEREIRA, 1996 p. 84)

Todas as três principais nacionalidades se organizaram em associações e mantiveram escolas para seus associados. Os portugueses se organizaram em torno do Real Centro Português (1895). Essa instituição, localizada no centro da cidade, manteve um curso primário além de escola de música e teatro. O Centro Espanhol (1895) também tinha uma escola, além da biblioteca e outras atividades beneficentes para seus sócios. A Società Italiana de Beneficenza (1897) congregava os imigrantes italianos e procurava atender suas necessidades de formação educacional com uma escola mista, que funcionava em sua sede.

Por não ter encontrado informações sobre as instituições educativas criadas pelos portugueses e italianos, destaco aqui a pesquisa realizada por Biccás (2010)¹¹, que analisou a organização e o funcionamento do Centro Gallego Espanhol, criado na cidade de Santos, no final do século XIX, que priorizou a construção de sua sede própria, um prédio majestoso para o padrão da época. A autora identificou as características do associativismo galego desenvolvido em São Paulo, conforme observou no artigo 1, “*reunir lo ameno y lo agradable á benéfico y provectos, á fin de fomentar el espíritu de asociación que une á los sagrados vínculos de la fraternidad y la armonia, ya*

¹¹Biccás(2013), relatório Cnpq, intitulado: *Galícia e Brasil: migração, escolarização e alfabetização de adolescentes e adultos (1871-1936)*.

para instruirse, ya para ayudarse mutuamente". O estatuto regulamentava o funcionamento das sessões, entre elas estava prevista uma de recreação e instrução. Figurava ainda um capítulo específico para a biblioteca e para os socorros mútuos.

A autora aponta que na "Memória"¹² produzida sobre a Assembléia do Centro Galego Espanhol, realizada em 13 de janeiro de 1901, assinada por D. Juan Estevez Martínez, figurava na pauta de discussão o anúncio sobre a organização de uma escola:

o Reglamento Escolar presentado por la Comisión AL efecto nombrada, y se delibera: realizar um espectáculo cujo producto seria aplicado á la adquisición de utensílios y muebles escolares, y anunciar por médio de la prensa local y La Voz de España, de S. Pablo, la apertura de las matrículas para las aulas inauguradas El 15 de setiembre.

Biccas observou que apesar das discussões sobre a escola ter começado em 1902, só passou a funcionar em 1904, foi fechada no final de 1906.

A autora identificou no regimento interno da Sociedade Centro Español de Santos, datado de 10 de maio de 1921, que o capítulo IV dedicado ao Colégio Social, no artigo 33 foram criado critérios para as matrículas que deveriam ser dirigidas para os sócios, para os filhos dos sócios menores de 15 anos e maiores de 7 anos, facultando aos estrangeiros interessados que fizessem uma solicitação a junta Diretiva. Os alunos deveriam apresentar os documentos de identidade e certificado de vacina. Biccas (2010) assinala que a matrícula era gratuita para o curso primário e para os outros cursos, os alunos deveriam pagar uma taxa de 10\$000 no ato da inscrição. Os recursos financeiros advindos das matrículas deveriam ser revertidos para a aquisição de objetos e matérias para a escola, para premiar os alunos classificados pela frequência e bom comportamento. O Centro Espanhol também criou uma biblioteca.

Nas "memórias" de 1905, 1906 e 1907 a autora indica que há referências sobre as atividades educacionais voltadas para adolescentes e adultos, com a instauração de aulas noturnas e um desejo de criar uma escola diurna. As aulas noturnas em Santos vão funcionar por 3 anos, algumas

¹²As memórias são atas anuais de prestação de contas do Centro Galego Espanhol junto aos seus sócios.

informações aqui coletadas reportam sobre o funcionamento de 1904, 1905 e 1906. No primeiro ano contou com 41 alunos (28 sócios e 13 não sócios), foram oferecidas matrículas para o ensino primário (22 alunos); debujo (18 alunos); castelhano (09 alunos); aritmética (08 alunos); francês (03 alunos); latim e geografia (1 aluno).

Na Memória publicada em 1905, fazendo um balanço da instrução promovida em 1904, foi apontado uma desilusão por parte do professor (D. Juan Bunhal) pela baixa procura e frequência: “las clases que nos figurábamos a transbordar de sedentos de algo a saber, las temos presenciado casi em absoluto desiertas, sendo el profesor obligado a retirar-se noches consecutivas por el diminuto número de alumnos que concurrían”. Um destaque positivo foi anunciado em relação as aulas de desenho, uma matéria de “adorno y serviendo, lãs mas de las veces, de distracción al espíritu fatigado por extenuante struggle for life, el dibujo há tenido durante todo el curso extraordinária concurrencia, sendo raro el día, y esto por culpa exclusiva del profesor, que La clase respectiva La dejado de funcionar”. Os responsáveis pela instrução anunciam que vão fazer uma exposição na cidade com os trabalhos dos alunos como uma estratégia para dar visibilidade as aulas, o que de fato vai ocorrer em 1905

Biccas aponta que nas informações sobre o funcionamento de 1905 matricularam-se 29 pessoas no curso de debujo (18 alunos); aritmética e castelhano (15 alunos); primário (4 alunos); francês (3 alunos) e latim (1 aluno).

Apesar de o balanço ser ainda bastante desfavorável a pouca procura e frequência dos cursos oferecidos, figura na Memória de 1907 uma proposta aprovada na Assembléia dos sócios realizada no final de 1906, indicando a ampliação da secção de instrução para os filhos dos sócios e não sócios, inaugurando aulas diurnas e melhorar a escola noturna.

Em 1906, o último ano de funcionamento das aulas noturnas, estavam matriculados 53 alunos, distribuídos nos seguintes cursos: debujo (37 alunos); aritmética (31); português e castelhano (13 alunos em cada); primário (7 alunos) e latim (1 aluno).

A autora encontrou somente na Memória de 1907, a idade dos alunos, de 09 aos 34 anos, sendo que 32% na faixa etária de (9 aos 15 anos); 24% na

faixa etária de (16 aos 20 anos); 12% de (21 aos 25 anos); 32% na faixa etária de 26 aos 30 anos e 12% na faixa etária de 31 aos 35 anos.

Sobre estes dados Biccas infere que a demanda pelo ensino primário figurou como a maior no início das atividades (22 alunos), nos anos seguintes a procura caiu drasticamente (7 alunos), apesar de não ter obtido dados para qualificar como o primário foi desenhado, se ele se prestava a ensinar a ler e a escrever, imagina que este deveria ser o objetivo. A diminuição da procura por este ensino e aumento da procura pela aritmética, poderia indicar a tentativa de um diferencial para trabalhar na área do comércio, atividade profissional.

O encerramento das atividades educacionais do Centro Galego apesar de não ter uma justificativa nos documentos produzidos pela instituição, as dificuldades enfrentadas talvez já justificassem o ocorrido, cursos praticamente desertos, sobre esta e outras questões relacionadas ao funcionamento das aulas serão priorizados na próxima etapa da pesquisa.

1.7 Escolas de trabalhadores e operários

Na virada do século XIX para o XX, Santos era uma cidade predominantemente comercial¹³. Sobre a questão social, operária e trabalho em Santos foram consultados trabalhos elucidativos, como a monografia de Katherine R.N. Andrade, “Porto de Santos: o surgimento da cultura de resistência à globalização”, que trata da formação de um movimento operário na cidade de Santos, que passou a reivindicar melhores condições de trabalho e vida.

Campos e Gomes (2007) apontam o pioneirismo de Santos nas lutas operárias e na “questão social” da República Velha. “A cidade de Santos, pela zona portuária, foi palco de numerosas greves e de grupos de esquerda importantes” (p. 06). Ressaltando a importância da presença dos imigrantes estrangeiros e os anos de lutas para as conquistas trabalhistas, os autores elencam as diferentes greves dos trabalhadores portuários em Santos,

¹³No Censo de 1913, foram computados 9161 empregados no comércio e classes correlatas, além de 8708 empregados no transporte e comunicação, ao lado de apenas 2996 trabalhadores rurais, dentro de um total de 38750 trabalhadores. Este mesmo Censo apontou que grande parcela estava empregada no Comércio Exterior e em Casas Comissárias de Café. Constituíam cerca de um terço do total de comerciários.

noticiadas em jornais operários como *La Bataglia* e *Avanti*: a de 1891, dos empregados nos escritórios e telegrafistas da São Paulo Railway; a de 1896-97, de chapeleiros de São Paulo, articulados pelo Centro Socialista; a de 1905, dos estivadores santistas; a greve de 1908, de todos os empregados da Docas pela jornada de oitos horas, que se alastrou pelos carroceiros e ensacadores de café; e a de 1912, no qual todos os serviços das Docas são paralisados, sendo os grevistas reprimidos severamente pela polícia, que chegou a saquear a Federação Operária de Santos.

Como exemplo das condições de trabalho podemos ver na figura 3, inúmeros estivadores transportando sacas de café para o interior de um navio. Os trabalhadores eram submetidos a exaustivas horas de trabalho, carregando mais de 60 quilos de café por vez, muitas vezes em ambientes insalubres.

Figura 3: Movimentadores e ensacadores de café, década de 1950. Coleção Herrera - Acervo Museu do Café

As condições de trabalho, exploração, contato com ideais e correntes filosóficas de esquerda firmaram uma classe operária consciente e aguerrida na luta por seus direitos. Foram diversos os movimentos por melhores condições de trabalho e greves, ficando, por isso, Santos conhecida como a Barcelona brasileira.

Ghiraldelli afirma que grupos de trabalhadores socialistas fundaram diversos estabelecimentos escolares pelo Brasil, inclusive em Santos¹⁴:

As “escolas operárias”, fundadas e mantidas pelos agrupamentos socialistas, se desenvolveram em vários estados brasileiros. A imprensa operária registrou o funcionamento desses estabelecimentos. Em Santos (SP), por exemplo, o grupo de socialistas ligados ao jornal-revista *A Questão Social* fundou uma escola para trabalhadores:

‘Escola Barnabé – em breve começarão as obras dessa escola. A Infância pobre, no futuro, há de reconhecer os serviços que lhe prestarem espíritos bem intencionados, socialistas... espontâneos’ (Questão Social, 1895)

Existiram ainda associações e escolas próprias dos operários e trabalhadores santistas, que contaram em seus quadros com muitos imigrantes, como é o caso, por exemplo, da Sociedade União Operária, da Escola do Povo, da Sociedade Auxiliadora da Instrução e da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio.

A Sociedade União Operária manteve escola, biblioteca e cursos, atendendo diversos operários e seus filhos, e tinha como um dos principais objetivos de seu estatuto o “engrandecimento cultural do operário”:

Nascida em uma cidade portuária, que estava se modernizando, a Sociedade foi fundada por um grupo de operários e mestres-de-obras da construção civil, alguns de inspiração anarquista, com sócios em grande parte imigrantes: portugueses, espanhóis e, em menor escala, italianos. Em 1902, possuía 1.700 sócios. Entidade de auxílio mútuo e instrução (saúde, funeral, desemprego, crédito, recursos jurídicos), colocava a formação cultural em destaque (PEREIRA, 2009 p. 69).

O pioneirismo de Santos nas lutas operárias e na questão social da República Velha, bem como a influência da presença dos imigrantes estrangeiros e os anos de lutas para as conquistas trabalhistas, são apontados em trabalhos como o de Campos e Gomes. Os autores citam como exemplo a greve de 1889, na qual trabalhadores, sob a liderança de um português e um

¹⁴A referida Escola Barnabé foi criada pelo Estado e só iniciou seu funcionamento em 1902, contando com o socialista Carlos Escobar como seu primeiro diretor.

espanhol, marcharam pela cidade munidos de paus e revólveres (CAMPOS E GOMES, 2007, p. 07).

As notícias citadas acima são exemplos de como os ideais não circulavam apenas nos locais de sociabilidade próprios dos imigrantes, mas extrapolavam os limites da colônia. Os jornais são exemplo da circulação de ideias e da formação e de auxílio na luta dos trabalhadores.

Martins (2010) aponta a presença de espanhóis a frente da redação de diferentes jornais destinados aos operários, *A Terra Livre*, *O Libertário*, *O Socialista*, *O Grito del Pueblo*, *El Progreso*, *O Jornal Operário*, dentre outros. Já Costa (2012) apresenta periódicos operários dirigidos por nacionais na capital federal, como *A Voz do Povo* (1890), *O Despertar* (1893), *A Nova Revista* (1896) e *O Liberalista* (1899).

Algumas associações de auxílio mútuo e instituições beneficentes também se organizaram para oferecer educação para seus associados.

A Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio, associação de auxílio para os comerciários, foi criada em 1878 e manteve uma escola para seus associados e filhos, além de uma imponente biblioteca, existente até os dias de hoje.

Na Sociedade União Operária, fundada por mestres de obras e operários em 1890, também funcionou uma escola destinada à educação dos trabalhadores e seus filhos:

A Sociedade União Operária iniciou as atividades escolares em 1º de agosto de 1890, oferecendo curso noturno para os operários e seus filhos maiores. Em 22 de janeiro de 1906, foi inaugurado o curso primário somente para meninos e, dois anos depois (1908), o curso primário feminino (PEREIRA, 2012, p. 205).

No estatuto dessa associação, a educação era uma das principais finalidades:

Criar escolas de instrução primária e secundária e de artes e ofícios para os associados e seus filhos, para os filhos dos associados falecidos e para os dos proletários e operários que viveram sem recursos (7); manter uma biblioteca para gozo exclusivo dos associados (6); promover conferências que aproveitem ao

adiantamento moral, intelectual e econômico dos associados (apud PEREIRA, 1996, p. 95).

Outra escola atuante era a da Sociedade Auxiliadora da Instrução, criada em 1900. PEREIRA (1996) nos informa que o fim dessa associação era instruir o “povo ignorante” e:

Difundir gratuitamente a instrução primária, em aulas noturnas, montando outros cursos, quando seus recursos o permitam, assim como uma biblioteca pública. Seu desejo é a criação de novos institutos de instrução que possam elevar Santos ao nível das mais adiantadas cidades do Estado (p. 119).

O Liceu Feminino Santista foi fundado em 1902 pela educadora Eunice Caldas e mantida pela Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. Essa escola manteve instrução primária e, mais tarde, uma Escola Normal.

A Associação dos empregados da Companhia Docas de Santos também manteve uma escola para os filhos dos funcionários da poderosa empresa da região. Foi fundada em 1907 com cursos diurnos e noturnos.

1.8 Escolas confessionais

Com a República, a Igreja Católica, apesar de todos os problemas, tomou consciência de que tinha agora liberdade de ação, e se ocupou em diversas iniciativas educacionais, procurando conservar seus valores frente às mudanças que trazia o novo regime:

A Igreja via nesse período de transição como um todo: atrás de cada pretensão liberal ou mudança, por menor que fosse, estava o perigo de uma ruptura ou de uma destruição dos quadros de valores tradicionais. O mais simples era fechar-se completamente ao diálogo e à participação. E quanto mais fervia o caldo de cultura, mais a Igreja denunciava nela bacilos de toda espécie e procurava a imunização, trancando-se na redoma de um antiliberalismo ferrenho ou de um ultramontanismo coerente (LUSTOSA, 1977, p. 41).

A Igreja Católica também atuou na educação santista. Tais iniciativas demonstram o esforço da Igreja em preencher os espaços educativos na cidade de Santos, dada a importância da educação no projeto católico, como nos ensina Cury:

A Educação é vista como sendo o veículo indispensável para que a cura do mal se dê. Sem ela não haverá restauração e os espíritos continuarão descrentes e agnósticos. A condição *sinequa non* da restauração é a presença de Deus na escola(1988, p. 54).

Além do pioneiro Colégio dos Jesuítas, manteve por muitos anos escolas no Convento do Carmo e na Ordem Terceira do Carmo. No ano de 1904, por iniciativa do clero santista, foram instaladas duas escolas confessionais: o Colégio Santista, dirigido pelos Irmãos Maristas, e o Colégio Coração de Maria, dirigido pelas Irmãs do Coração de Maria.

A documentação destas e de outras escolas na cidade não se encontram organizadas ou disponibilizadas para a pesquisa, portanto temos poucas informações sobre o funcionamento destas escolas. Contudo, é de fundamental importância seu estudo para a compreensão deste tipo de educação no período. cremos ser relevante a necessidade de mais pesquisas sobre a educação na cidade de Santos, procurando localizar e analisar a documentação interna destas instituições.

Capítulo 2 – A intendência municipal e a educação

Com a proclamação da República, foi criado um novo sistema político-administrativo nos municípios, denominado de Intendências Municipais. Nesse período de instabilidades políticas, os grupos políticos existentes disputaram poder, refletindo essa instabilidade.

Especialmente em Santos, a propaganda republicana encontrou um bom palco, atingindo diversas camadas da população.

Assim que chegou a notícia da proclamação da República, foi aclamado um novo governo municipal pela população. Foi eleita esta “junta provisória” com o fim de garantir que a República se estabelecesse pacificamente na região. A aclamação do novo governo foi festejada em toda a cidade com espetáculos, entoação da Marselhesa, e com ampla participação popular, já acostumada com a propaganda republicana na cidade(SANTOS, 1986, p. 247).

Eis o que diz a ata da reunião popular de aclamação à República:

Aos 15 dias do mês de novembro de 1889, no Paço Municipal desta cidade de Santos, em virtude de notícias telegráficas sobre a proclamação da República, o povo reunido e aclamando seu presidente o dr. Martim Francisco Filho, que convidou para secretário o dr. Leão Luís Ribeiro, deliberou:

"Constituir provisoriamente o governo da cidade, [...]"Entender-se com todas as autoridades no sentido de reconhecerem a autoridade do governo provisório e amplos poderes para deliberarem em caso de reação.Do governo provisório, constituído na capital da República, foi recebido um telegrama anunciando a proclamação e adesão à mesma, procedendo-se à leitura do mesmo; o povo recebeu o feliz advento por aclamações e congratula-se com a pátria, pela solução pacífica da questão social, para ela mais poderosa no momento atual. [...]"Adendo à ata: o governo provisório, em resposta ao telegrama do governo constituído na capital da República, respondeu-lhe: 'Povo de Santos reunido congratula-se pela República. Completa ordem'".

Neste período, a Associação Comercial de Santos¹⁵ tinha grande ingerência nos assuntos municipais, pois, por representar os interesses dos

¹⁵A Associação Comercial, desde sua fundação em 22 de dezembro de 1870, por um grupo de comerciantes locais, era a entidade que representava os interesses da elite comercial da cidade de Santos. A maior parte de seus membros e presidentes era envolvida com o comércio do café, principalmente comissários, ainda que congregasse banqueiros e comerciantes de importação e exportação. É a associação comercial mais antiga do Estado de São Paulo e a quarta do país (PEREIRA, 1980. pp. 68-69).

comerciantes locais, visando a melhoria de seus negócios passou a atuar na infraestrutura da cidade, notadamente no desenvolvimento do Porto e no saneamento e iluminação pública, sempre visando aos interesses comerciais de seus membros.

Esta instituição teve participação nos momentos fundamentais para o desenvolvimento da cidade, chegando até mesmo a governá-la diretamente no ano de 1891, ainda que por curto período, de 14 a 30 de dezembro de 1891. Neste período, era presidida por Antônio Carlos da Silva Teles, que transmitiu o poder municipal para a nova Intendência, composta por João Galeão Carvalhal, Lino Cassiano Jardim, Francisco Cruz, Antônio Augusto Bastos, Antônio José Malheiros Júnior, Raimundo Gonçalves Corvelo e Teófilo de Arruda Mendes.

Logo após a proclamação da república houve muita instabilidade política no país, pois foram muitas mudanças na configuração das províncias e dos municípios no que se referem aos poderes regionais e locais. No caso dos municípios com a instalação das intendências não foi diferente. Em Santos, por exemplo, foram muitas as exonerações e as nomeações. As Comissões de Intendência eram constantemente modificadas, para se ter a dimensão dos acontecimentos, só em dezembro de 1891 chegou-se a ter 12 exonerações.

O Estado tentava impor suas intenções com relação aos negócios da cidade, procurando apoio político ainda que à custa da adesão dos republicanos de última hora, ou seja, aqueles que até o fim do Império haviam apoiado o regime monárquico, e que com o advento da República pretendiam continuar exercendo cargos no novo regime. Outro problema era o da representatividade, ou forma de exercício do poder na República. É assim que se tem a primeira divisão entre os republicanos santistas:

Logo que se proclamou a República, o Partido Republicano de Santos se desentendeu com a direção do Partido Republicano Paulista, que, inclusive, dirigia o governo local, acerca da nomeação de uma Intendência que sucedesse à edilidade dissolvida da cidade de Santos. Dentro do PR santista a situação era encarada de duas formas: uma em que se considerava que o poder deveria ser constituído ou delegado por iniciativa popular, em coerência com os

princípios democráticos; outra que considerava que devia atender-se a todas as ordens emanadas dos poderes constituídos depois de 15 de novembro de 1889. Atrás dessas duas posições um outro problema se apresentava: a atribuição de cargos aos elementos republicanos antigos, pela luta em favor do regime; e na atribuição de cargo a elementos recém-convertidos à fé republicana. A divergência dá origem à cisão do PR, do qual uma ala passa a constituir o Club Nacional, agrupamento a que Prudente de Moraes, então presidente de São Paulo, deu o seu apoio. Era partidária da segunda posição. A outra ala, formando o Centro Republicano, apelava para as prerrogativas dos republicanos históricos como leais defensores do pensamento democrático (SILVEIRA, 1978, p. 83).

O Centro Republicano acusava Prudente de Moraes de pensar que a Pátria era patrimônio dos ricos e tutelada pela burguesia. O que nos dá indícios de que esses republicanos santistas pretendiam uma política com maior participação popular, mormente das classes não favorecidas.

Neste início de República, a Constituição Federal e Estadual deixaram margem para que os municípios tivessem a liberdade de regular sua forma interna de organização, de acordo com seu “peculiar interesse”. Contudo, isso não se deu sem ameaças à autonomia dos municípios, sem disputas de forças e sem que cada esfera do governo pretendesse exercer sua influência política para atingir seus interesses.

Um indício de que havia a necessidade de lei que regulasse a administração santista, protegendo-a dos interesses da interferência externa, já era sentida nos grupos de políticos e intelectuais da cidade. O requerimento de 3 de agosto de 1893, do Dr. Adolfo Porchat de Assis, ilustra isso. Em tal documento, o médico solicitou à Câmara a impressão de uma “*Constituição Municipal*”, confeccionada por ele mesmo nas suas “*horas de lazeres*”.

O discurso feito por Manuel Maria Tourinho, no ato da assinatura da Constituição Política de Santos, deixa clara a intenção de autonomia municipal buscada com a nova lei:

A Constituição Política do Município de Santos há muito tornou-se uma necessidade. Com ela está o município ao abrigo dos botes traiçoeiros, que porventura os mal-intencionados queiram dar-lhe. Com ela, estas cadeiras serão garantidas aos eleitos do povo soberano, **não mais havendo a intervenção de um poder intruso na vida política do município**. Com ela, a autonomia plena, a liberdade em toda a extensão de sua divina palavra, a égide,

finalmente, protetora dos nossos direitos(Ata da Intendência Municipal de Santos de 15/11/1894, grifo nosso).

A autonomia do município e a cidadania do munícipe estão intimamente ligadas: “Se os direitos políticos significam participação no governo, uma diminuição no poder do governo reduz também a relevância do direito de participar” (CARVALHO, 2001 p. 13)E ainda nos ensina Leal:

Se garantida juridicamente contra a intromissão do poder estadual e assentada em sólida base financeira, a autonomia do município seria naturalmente exercida, no regime representativo, pela maioria do eleitorado, através de seus mandatários nomeados nas urnas. Mas com a autonomia legal cerceada por diversas formas, o exercício de uma autonomia extralegal fica dependendo inteiramente das concessões do governo estadual. Já não será um direito da maioria do eleitorado; será uma dádiva do poder. (1986, p. 72)

Diante disso, vemos que os defensores da cidadania combatem também pela autonomia de poder, sendo uma pressuposto da outra.

2.10 que foram as intendências municipais

Na perspectiva de compreender como foi o momento histórico em que foi criada a Constituição Municipal em Santos e que as novidades ela trouxe com relação à autonomia do município.

Victor Nunes Leal ensina que:

Ao estudarmos a autonomia municipal no Brasil, verificaremos, desde logo, que o problema verdadeiro não é o de autonomia, mas o de falta de autonomia, tão constante tem sido, em nossa história, salvo breves reações de caráter municipalista, o amesquinçamento das instituições municipais (1986, p. 70).

Realmente percebem-se lutas e conflitos por autonomia local em vários momentos da história do município brasileiro. Logo no início da colonização, quando Martim Afonso fundou em São Vicente a primeira vila, convidou os “homens bons” para elegerem os funcionários necessários para a administração do novo núcleo administrativo. Deste modo o colonizador transplantou para o Brasil, tal e qual vigorava em Portugal, o instituto da Câmara Municipal, sem adaptações.

Ocorre que já havia nesta mesma localidade um núcleo populacional, independente politicamente da metrópole, com suas leis e

funcionamento próprios. O povoamento que até então vinha sendo senhor de seu próprio destino, viu-se obrigado a dividir a autoridade com os que acabavam de chegar. Esses conflitos ocorreram em diferentes localidades do país. Aliás, os conflitos originados da interferência de um poder externo no funcionamento das comunidades locais têm sua origem no próprio surgimento dos municípios.

No Brasil, o município vem da organização romana adotada por Portugal e que deu origem aos Conselhos, que mais tarde se transformaram nas Câmaras Municipais. A organização municipal portuguesa foi aplicada no Brasil com todas as suas peculiaridades (PIRES, 1999, pp. 143-165). Os primeiros núcleos urbanos oficiais foram as Vilas de São Vicente, Olinda, Santos, Salvador, Santo André da Borda do Campo e Rio de Janeiro.

Com a Proclamação da Independência do Brasil e o advento da Constituição de 1824, o governo econômico e municipal de todas as cidades e vilas passou a ser de responsabilidade das Câmaras, compostas por vereadores eleitos. Uma Lei regulamentar trataria do *exercício de suas funções municipais, formação de suas Posturas policiais, aplicação das suas rendas, e todas as suas particularidades, e úteis atribuições*. (Constituição do Império, 1824, artigos 167, 168 e 169 – grifo nossos.)

A Câmara Imperial tinha funções legislativa, executiva e judiciária. Havia um presidente, mas este não tinha a função executiva, que era dividida entre os vereadores, ou delegada a funcionários, como os procuradores e fiscais.

Em 1828, surge a lei que regulamentou as Câmaras Municipais, e que foi um retrocesso em relação à autonomia que as Câmaras tinham durante o período colonial, já que “trouxe ela para as Municipalidades a mais restrita subordinação administrativa e política aos Presidentes das Províncias”. (CRETELLA JÚNIOR, 1975, p. 35)

O Regulamento das Câmaras de 1º de Outubro de 1828, entretanto, suprimiu praticamente toda a autonomia municipal. Na verdade, a construção do Império brasileiro naquele momento vivia um impasse ideológico, de um lado a construção do Estado Nacional exigia um executivo forte e uma cidadania limitada, mas o processo de Independência era influenciado pelas ideias antiabsolutistas nascidas na Revolução Francesa no século XVIII. Esse contexto inspirava o

fortalecimento do Poder Legislativo e cidadania plena (CERQUEIRA, 2007, p.37).

Esta Lei tirou muito da autonomia das Câmaras, que passaram a ter simples funções administrativas, deixando-as mais dependentes do Governo Provincial. Até mesmo as Posturas Municipais passaram a depender da aprovação da Assembleia Provincial. Pode-se perceber esse controle e dependência quando se analisa a documentação do período: são inúmeras solicitações para concessões de aforamentos e pedidos de verbas para obras e outras responsabilidades da Câmara, como, por exemplo, o sustento dos presos pobres. Era o chamado “sistema de tutela” (QUEIROZ, 1976, p.65).

Analisando a legislação, verifica-se claramente a função administrativa das câmaras. A atividade legislativa restringia-se às questões também administrativas do município, às Posturas Municipais, sem qualquer conotação política. Os municípios na época do Império se caracterizavam por grandes extensões territoriais e núcleos urbanos pequenos, sendo as atribuições das câmaras restritas à organização da vida urbana.

Durante todo o período imperial, os interesses locais eram encaminhados ao Governo da Província e às Assembleias Provinciais pelos Vereadores, conforme previa a Lei de 1828. A Província de São Paulo em 1835 aprova a Lei nº 18, numa tentativa de reformular a administração municipal no Brasil, logo abolida pela Assembleia Geral. Outra iniciativa nesse sentido foi uma proposta de Marquês de Olinda em 1862, que sugeria uma separação das funções administrativas e deliberativas das câmaras.

As Câmaras Municipais apareciam como instituições marcadas pelo paradoxo. Enquanto Conselhos – termo que pressupõem poder decisório desconcentrado e descentralizado – as Câmaras eram as instâncias políticas que mais se aproximavam do ideal revolucionário de autogoverno, dada a proximidade entre governantes e governados que ensejavam, contudo, esta mesma proximidade gerava de maneira quase inevitável, toda uma série de práticas clientelistas, pelas quais os ricos senhores locais perpetuavam seu poder nada mais antirrevolucionário (MARQUES JR., 1994).

Apesar dessas iniciativas e outras tentativas de diminuir a centralização do poder nas mãos do governo central e dar mais autonomia ao

poder local, foram sufocadas e o modelo imposto pela Lei de 1828 perdurou até a Proclamação da República.

Somente com a República o município passou a contar com um poder executivo e um legislativo, quando surge o regime das Intendências¹⁶.

A nova forma de governo municipal – os Conselhos de Intendência – foi criada pelo Decreto 13, de 15 de janeiro de 1890. Tais conselhos eram compostos de 3 a 9 membros, responsabilizando-se pela administração municipal. Um dos eleitos deveria ser escolhido para presidir o Conselho. Conforme o artigo terceiro da referida lei, competiam aos conselhos de intendência municipal:

§ 1º Fixar as taxas dos impostos existentes e crear novas fontes de renda.

§ 2º Orçar as receitas e despeza publica do município.

§ 3º Arrecadar a renda e ordenar as despesas.

§ 4º Contrair empréstimos, dentro das forças de sua renda.

§ 5º Ordenar e fazer executar todas as obras municipais.

§ 6º Prover sobre tudo quanto di respeito à polícia administrativa e econômica do município, assim como sobre a tranqüilidade, segurança, commodidade e saúde dos seus habitantes.

§ 7º Alterar, substituir e revogar as actuaes posturas municipaes, decretar novas, si assim exigir o bem do município, podendo commninar penas de até 8 dias de prisão e 30\$000 de multa, que serão aggravadas até 30 dias de prisão e 60\$000 de multa.

§ 8º Supprimir empregos municipaes e crear novos, marcando os vencimentos; nomear e demittir empregados.

A administração da cidade¹⁷ era feita por um conselho de Intendentes, escolhidos entre os vereadores eleitos ou entre populares, para gerenciar Comissões, ou Intendências, responsáveis pelas diferentes áreas da administração pública, como por exemplo, Comissão de Fazenda e Contas, Justiça e Poderes, Obras e Viação. Estas comissões eram coordenadas por um Intendente Geral, escolhido entre os vereadores eleitos.

¹⁶ O Regime das Intendências Municipais, em Santos, teve início em 1889, com a República, e seu fim em 1908, com a eleição do primeiro prefeito.

¹⁷ A maior parte das informações aqui apresentadas concernentes à Administração Municipal de Santos foram retiradas das Atas das sessões da Câmara Municipal de 1889 a 1895.

No âmbito Federal houve uma comissão destinada a elaborar uma Constituição. Até que esta fosse publicada, governou-se por meio de decretos e portarias.

De fato, a Constituição Federal da República, em 1891, trouxe novos princípios políticos como os apresentados por Silveira (1978, p. 47):

- a) regime de governo republicano, federativo e representativo;
- b) tripartição dos órgãos da soberania nacional em legislativo, executivo e judiciário;
- c) eleições para maiores de 21 anos, exceto os mendigos, analfabetos, pracinhas de pré e religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência;
- d) separação entre Igreja e Estado;
- e) igualdade de todos os cidadãos perante a lei;
- f) consagração dos direitos do cidadão como: liberdade, segurança individual e propriedade.

Contudo, a Constituição Federal Republicana dispunha sobre a administração dos municípios, deixando isso a cargo das constituições estaduais, motivo pelo qual houve grande variação na estrutura administrativa de Estado para Estado, e de município a município.

Com o advento da Constituição Federal, pretendia-se uma maior autonomia regional, com certa descentralização político-administrativa, concedendo maior importância ao município, que ainda não era, na prática, tratado como a menor unidade da Federação.

Houve grandes debates entre a Comissão Constitucional na capital do país e os positivistas, apoiados pela aristocracia rural. Os primeiros queriam que a Constituição Federal explicitasse como deveriam ser organizados os municípios, enquanto os segundos queriam que isso fosse deixado a cargo dos Estados. Vencedores os defensores da segunda opção, positivou-se seu entendimento no artigo 68 da Carta Magna, devendo os Estados organizarem seus municípios.

O Governo Provisório do Estado de São Paulo atuou por decretos até que também tivesse sua Constituição. O Decreto estadual número 1, de 18 de novembro de 1889, determinou que as funções judiciais e administrativas

continuassem sendo exercidas pelos órgãos extintos com o regime republicano (Art. 4).

Entretanto, o Decreto 2, de 25 de novembro de 1889, dissolveu os governos provisórios municipais, dado que houve passagem pacífica do regime anterior para o novo regime.

A Administração Municipal, que era responsabilidade das Câmaras de Vereadores, logo após a Proclamação da República, ficou a cargo de Intendentes. Desempenhavam as mesmas funções administrativas que a Câmara Municipal no município, com mais autonomia do que a que possuía durante o Império, e ainda mesclando uma pequena atividade legislativa.

A lei 16, de 13 de novembro de 1891, regulou o status do município, que passou a ser a base do Estado. A Constituição do Estado de São Paulo tratou do município nos artigos 52 a 56.

Durante esta legislação, o poder legislativo foi exercido pela Câmara Municipal. São Paulo tinha 16 vereadores, Campinas e Santos tinham 12 e as outras cidades tinham 8, até as próximas eleições, quando então passaria a ser um representante para cada 23 mil habitantes, com o mínimo de 6 e máximo de 8 vereadores. O mandato era de três anos, e um dos eleitos devia ser escolhido para presidir a Câmara, e entre esses anualmente um para ser o Intendente Geral, o executivo das deliberações. No entanto, poderia haver mais de um Intendente para exercer o poder executivo, sendo divididas entre eles suas atribuições.

Os municípios tinham liberdade para estabelecer os próprios critérios eleitorais, desde que respeitando a Constituição Estadual e a Constituição Federal.

Em Santos, a nova Intendência Municipal tomou posse em 21 de fevereiro de 1890, de acordo com determinação do Presidente do Estado, e dissolveu a antiga Câmara Municipal:

Palácio do Governo do Estado de S. Paulo, em 19 de Fevereiro de 1890. – 2ª Secção n.º – Tendo sido, por Decreto da presente data,

dissolvida a Câmara Municipal dessa cidade, e nomeado um Conselho de Intendencia para exercer provisoriamente a administração do município, composto dos cidadãos: [...] assim vos communico para vosso conhecimento e devidos fins – Saúde e Fraternidade – Prudente Jose de Moraes Barros – Aos Cidadãos presidente e vereadores da Câmara Municipal de Santos (Ata da Intendência Municipal de Santos de 21 de fevereiro de 1890).

Até que fosse redigido um regimento interno da Intendência, foi determinado que a administração municipal seria executada por comissões que teriam funções determinadas.

De início foram seis comissões: Viação Pública; Obras municipais; Saúde Pública; Matadouro, Mercado, Lavanderia e Iluminação e Água; Fazenda e Contas; Justiça, Instrução Pública e Estatística. Os membros de tais comissões eram também os membros da Intendência, apesar de a legislação facultar a nomeação de terceiros para esses cargos.

Posteriormente, foi aumentado o número de intendentes de 7 para 9, devido à importância da cidade para o Estado (somente Santos e Campinas, além de São Paulo, tiveram mais vereadores que as demais cidades do Estado).

Com o aumento de Intendentes, novas comissões foram criadas¹⁸: viação pública; edificações; obras municipais e comércio; saúde pública; matadouro e mercado; iluminação, água e lavanderia; fazenda e contas; justiça, indústria pública e estatísticas; polícia e redação.

O serviço interno da intendência ficou dividido em três seções: Secretaria, Procuradoria e Aferição (responsável pelos funcionários e fiscalização externa).

¹⁸ Em 07 de abril de 1890, foi aprovado o regimento interno do Conselho de Intendência, e mantiveram-se as comissões.

2.2 Os sujeitos e grupos

No período que seguiu a proclamação da República, o Presidente do Estado encarregou-se¹⁹ de nomear os intendentes que governariam o município até que as eleições fossem realizadas. Fez as tais nomeações a partir de pessoas de seu grupo de interesses, com elementos que apoiavam a corrente de Bernardino de Campos.

Proclamada a República, a 15 de novembro de 1889, Santos foi governada por uma junta governativa provisória, composta dos seguintes cidadãos: Antônio Lacerda Franco, Antônio Carlos da Silva Telles, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, José Azurém Costa Júnior, Ernesto Cândido Gomes, Leão Luís Ribeiro, Walter Wright, Guilherme José Alves Souto, Henrique Porchat e Manoel Franco de Araújo Vianna.

Como os interesses dos que compunham a junta governativa provisória nem sempre eram compatíveis com os interesses dos santistas, empresário e políticos da cidade, este foi um período de muita instabilidade, havendo muitas exonerações e nomeações²⁰.

Ainda que de difícil definição, tendo em vista os diversos interesses e ideias que circulavam na época, podemos dividir os políticos santistas do início do período Republicano em dois grupos, sendo um deles ligados ao Club Nacional e o outro ligado ao Centro Republicano²¹.

Centro Republicano - Henrique Porchat, Vicente de Carvalho, Américo Martins dos Santos, Ricardo Pinto de Oliveira, Guilherme Souto, José Cesário da Silva Bastos, Augusto Teixeira de Carvalho, José Moreira de Sampaio, Martim Francisco Filho, Manoel Maria Tourinho, Joaquim Montenegro, José Domingues Martins, Narciso de Andrade, Antônio Bento de Amorim, Luís Ayres da Gama Bastos, Augusto Mesquita, Antonio Augusto do

¹⁹O Governo do Estado adotou o critério de consultas prévias aos dirigentes republicanos de cada localidade. De Santos subiram duas listas para apreciação do Governo, refletindo a opinião de cada um dos grupos políticos formados pela cisão anterior

²⁰Segundo as atas do período, somente no mês de dezembro de 1891 foram cerca de 12 exonerações.

²¹Estes grupos haviam se dividido desde 1890, em função do apoio do Partido Republicano às candidaturas de Júlio de Mesquita e Bernardino de Campos, apoiados respectivamente pelo Centro Republicano e pelo Club Nacional.

Couto, Guilherme de Mello, Pedro de Mello, Cândido de Carvalho, Benedicto Pinheiro, Alexandre Mello, Francisco Antonio de Sousa Júnior, João Vicente Marcondes, Virgílio Gomes Marcondes, Gabriel Soares, Leonardo de Castro, Elisiário de Arruda Castanho e outros.

Clube Nacional - Antônio de Lacerda Franco, Antônio Carlos da Silva Telles, Manoel Franco de Araújo Vianna, Carvalho de Mendonça, Cel. Gil Alves de Araújo, Martinho Leal Ferreira, Theóphilo de Arruda Mendes, Ernesto Cândido Gomes, Antônio Augusto Bastos, João Guerra, Theodorico de Almeida, Paulino Ratto, Frederico Junqueira, Dr. Segadas Vianna, Jacob Itapura de Miranda, Raymundo Sóter de Araújo, Antônio Iguatemy Martins, Francisco Ribeiro Ratto, Francisco Cruz, José Bernardo de Araújo, Antônio José Malheiros Júnior, José Bonifácio de Andrada Netto, Heitor Peixoto, Ascendino da Natividade Moutinho, Alberto Costa, Eduardo Weismann e outros²².

O Centro Republicano fundou o *Diário da Manhã*, sob a direção de Vicente de Carvalho, que escolheu para seus redatores auxiliares Cândido de Carvalho, Alberto Sousa, Júlio Riedel e para administrador ou gerente do jornal, Miguel Ribeiro, que viera d'O *Estado de São Paulo* (antiga *Província de São Paulo*). Esse jornal serviu como órgão de propaganda e defesa dos ideais de seu grupo político.

Por sua vez, os integrantes do Clube Nacional resolveram fundar também um órgão próprio, *O Nacional*, por aquisição de todo o material do *Correio de Santos*, órgão popular mantido pelo Grêmio Português, de cuja direção tomou conta Horácio de Carvalho, auxiliado pelo Dr. Estácio Corrêa e outros elementos vindos de São Paulo.

A atuação dos diferentes grupos de intendentess santistas, especialmente os promulgadores da Constituição Municipal, eram pautadas por de uma visão de mundo própria e de um projeto de cidade, de cidadão e de educação, especialmente relativas a ideia de autonomia e liberdade:

²² Algumas das informações foram conseguidas no jornal *A Tribuna*, edição especial de 26 de janeiro de 1939, comemorativa do centenário da elevação de Santos à categoria de cidade.

Há cinco anos, o dia de hoje era recebido com a mais franca alegria, com o mais profundo contentamento, com a maior expressão de júbilo pela grande maioria da nação. Um frêmito de entusiasmo passou por todo o Brasil e **um futuro risonho, de prosperidade, de Ordem e Progresso**, delineou-se no horizonte da Pátria. **Passam-se os dias e com eles, ai de nós! As dúvidas, as incertezas, começam a invadir nossa alma.** O nosso espírito conturba-se e vê o desaparecimento de todas as liberdades, qual enorme ciclone, depois da bonança, sacode convulsivamente a sociedade, levanta os ódios e atira irmãos contra irmãos. Troa o canhão, espadana o sangue, o riso é substituído pelo gemido (grifos nossos). (Ata da Intendência Municipal de 15/11/1894)

Conflitos resultantes das acomodações das forças políticas naquele início de República e do desgaste dos ideais resultantes de seu confronto com a prática.

2.2.1 Primeiro grupo

Após o período das nomeações, foi realizada a primeira eleição para a Câmara e Intendência Municipal em Santos no ano de 1892. Foram eleitos como vereadores e intendentes maioria de políticos ligados ao Centro Republicano, ou seja, de oposição ao governo do Estado.

Segundo a lista de assinaturas que segue à Constituição Política de Santos, foram signatários da Lei Magna santista:

Antônio Manuel Fernandes, José André do Sacramento Macuco, José Caetano Munhoz, Alexandre José de Melo Júnior, Alberto Veiga, João Braz de Azevedo, Antônio Vieira de Figueiredo e Augusto Filgueira. Outras pessoas que merecem ser nomeadas são o advogado Vicente de Carvalho, autor do texto da Constituição e o vereador Olímpio Lima.

Estas pessoas atuavam em diferentes áreas ao mesmo tempo, como, por exemplo, jornalismo, educação, advocacia e medicina, o que mostra que as transformações sociais do período alcançavam diferentes áreas da vida, exigindo diferentes maneiras de intervir socialmente. Esses políticos faziam a mediação de ideias e grupos nos quais conviviam em suas áreas de atuação, colocando-as em prática por suas atividades política e social.

Diante disso procurou-se conhecer que foram os signatários da Constituição Municipal e parte de sua trajetória política e profissional, buscando

perceber em suas experiências as suas ideias políticas, seus projetos e suas influências e

captar a ambiência sócio-político-cultural da cidade, para então mapear a dinâmica de articulação de seus vários grupos de intelectuais, reunidos em lugares de sociabilidade, onde ocorria um debate de ideias, aqui entendidas como indissociáveis de formas de intervenção na sociedade. Ou seja, a reflexão está situada na interseção da história política e cultural, que é sempre social, assumindo uma vertente teórico-metodológica que, na França, vem recebendo a designação de história de intelectuais (GOMES, 2004, p. 80).

Essa visão do ambiente da cidade, de seus atores, ideias, suas transformações, problemas e projetos, não se trata “apenas” de contextualização histórica, como ensina Ângela de Castro Gomes:

[...] mas do reconhecimento da existência de um campo intelectual com vinculações amplas, mas com uma autonomia relativa”, que pode ser compreendida a partir de uma pesquisa “que acompanhasse as trajetórias de indivíduos e grupos; que caracterizasse seus esforços de reunião e de demarcação de identidades; e que associasse determinados momentos e eventos às características-projetos de sua produção intelectual. (2004, p. 81).

O que isso quer dizer é que a Constituição municipal de Santos não nasceu “do nada”, mas a partir da contribuição de seus mentores, do ambiente político no qual viviam, das ideias que defendiam, dos intelectuais que a influenciaram, dos problemas que enfrentavam e, principalmente, das respostas que traziam para solução desses problemas.

E eram várias as preocupações desses sujeitos. Entre eles havia participantes ativos dos movimentos abolicionista e republicano, como Sacramento Macuco, Antônio Manuel Fernandes, Vicente de Carvalho e Manuel Maria Tourinho. Alguns destes defenderam uma concepção de república que se opunha a oficial, como Manuel Maria Tourinho, que chegou a ser preso durante o estado de sítio decretado com a Revolta da Armada.

A imprensa teve importante papel na circulação dessas ideias:

A repercussão que teve o movimento abolicionista e republicano em Santos e, depois dele, a importância que tiveram os movimentos operários, deve-se, em larga medida, ao vigor do jornalismo e da imprensa na cidade, que estimularam e potencializaram a circulação de novas ideias (ALVES, 2008, p. 16).

Esses ideais eram divulgados e defendidos na imprensa por, por exemplo, Antônio Manuel Fernandes, fundador do jornal *O Pylampo* juntamente com Sacramento Macuco, e ainda *O Raio*, *O Popular*, e que colaborou no *Diário da Manhã* com Vicente de Carvalho. (RODRIGUES, 1979, p. 29)

Alberto Veiga foi um desses jornalistas combativos que atuou na imprensa santista:

Alberto Veiga chegou a Santos no ano de 1891 e ingressou no corpo redatorial do decano da imprensa santista – “Diário de Santos” – onde de parte as questões puramente locais, ou de política regional, se bateu pelos grandes princípios, concernentes à ordem social, à liberdade humana e à evolução dos espíritos para o aperfeiçoamento constante, e por isso seu concurso jamais negado a todas as obras úteis, e todas as ideias sãs, a todos os impulsos de caridade e de justiça. Pouco tempo depois estava ao lado do grande jornalista Olímpio Lima, quando este fundou em março de 1894 a “Tribuna do Povo” (PRATES, 2008, p.2).

A *Tribuna do Povo*, de Olímpio Lima, também foi um importante meio de defesa e divulgação das ideias desse grupo. A oposição que faziam e a crítica à política da situação, tanto no âmbito municipal quanto estadual, era motivo de revolta dos que se sentiam atingidos com os artigos e denúncias e, em resposta, promoviam agressões aos articulistas e depredações à redação do jornal. (RODRIGUES, 1979, p. 71).

O ataque mais violento ocorreu em agosto de 1895, na estação ferroviária do Largo Marquês de Monte Alegre, local onde os líderes da sociedade da época costumavam se reunir. Olímpio Lima sofreu um atentado executado pelo major José Emílio Ribeiro Campos Júnior²², que atirou três vezes contra o jornalista, acertando-o no baixo ventre, e deixando feridos ainda, uma criança e um animal. Olímpio Lima foi hospitalizado, o major afastado e um delegado pediu demissão (SILVA, 2005, p. 108).

O jornal sofria as consequências de sua posição política:

[...] o empastelamento da tipografia do jornal santista *A Tribuna do Povo*, segundo uma das testemunhas do ocorrido, “cheirava a Quintino”. Em 1893, na já citada Revolta da Armada, lá estava Quintino com seus negros para, a mando de Bernardino de Campos, defender a cidade (MACHADO, 2007, p. 277).

Na época da elaboração da Constituição Municipal estavam se firmando os ideais republicanos e a teoria estava sendo checada na prática. No entanto, “mais importante que a circulação de ideias talvez tenha sido a nova atitude dos intelectuais em relação à política” (CARVALHO, 1987, p. 25), pois

os ideais que moviam essas pessoas influenciaram sua atuação social e política.

Podemos destacar a atuação de elementos desse grupo principalmente com relação ao saneamento e à educação, pois eram esses os dois principais problemas da cidade no período.

Figura 4: O jornal santista *Tribuna do Povo*. A *Tribuna* de 26 de março de 1944.

A preocupação com a instrução foi característica dos primeiros republicanos, especialmente dos positivistas. Isso porque a participação na política era restrita aos alfabetizados, pois a vida em sociedade era destinada aqueles instruídos para tanto. É o que podemos depreender no trecho abaixo:

Instruir o povo é prevenir a ochlocracia, é virilizar o espírito popular, é avigorar a consciência pública.

A república só poderá ser compreendida, só poderá produzir os seus verdadeiros benefícios, quando o povo pela instrução, se capacitar de que agitar, perturbar a República é esmagar a própria

conquista, mas, para o povo ser grande, para tornar-se magestoso e digno, não lhe é mister derrocar Bastilhas, cumpre-lhe somente conquistar o livro, invadir a escola (RELATÓRIO de 1898, p. 26).

Podemos perceber uma preocupação em controlar o poder por meio da educação. O projeto educacional pretendido tem a pretensão de evitar revoluções e agitações populares, formar um cidadão que pacificamente se conforma com o governo de elites mais preparadas.

A influência do positivismo muito presente no pensamentos dos políticos brasileiros do período, pode ser percebido na na indicação de 27 de agosto de 1891, que pede a criação de uma Biblioteca Pública, que homenagearia Silva Jardim, conhecido positivista, além disso: *a esta biblioteca poderá ser adicionada os cento e cinquenta volumes recomendados por Augusto Comte*(Ata da Câmara Municipal de Santos de 1892, p. 272).

Manuel Maria Tourinho, por exemplo, foi Inspetor Literário por diversos anos, contribuindo para o desenvolvimento da instrução pública em Santos, com relatórios bastante críticos.

Vicente de Carvalho, quando Secretário de Estado dos Negócios do Interior, publicou a Lei 88, de 8 de setembro de 1892, reformando o ensino paulista. Esta lei dividiu o ensino em três estágios: Primário, Secundário e Superior, e tornou a instrução obrigatória dos sete aos doze anos.

Outro dado a ser destacado é que Antônio Manuel Fernandes foi um dos fundadores da Escola do Povo, que funcionou em sua própria casa. Tal entidade era destinada a instrução noturna, principalmente de trabalhadores, tanto que nas suas dependências foi fundada em 1879 a Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio. Além disso, ele foi autor de diversas obras entre romances e trabalhos de história como "*Pelo Litoral*" no qual escreveu sobre a história de São Sebastião e Vila Bella.

Figura 5: Manuel Maria Tourinho. *Veja Santos!*

Figura 6: Vicente de Carvalho. Sem data. Autor desconhecido. Original sob a guarda da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Figura 7: Os Redatores de *A Tribuna* em 1902 - Da esquerda para a direita, de pé, Artur Peixoto, Anatólio Valadares e Francisco Pereira; sentados, na mesma ordem, Alberto Veiga, Urbano Neves, Olímpio Lima e Pompílio dos Santos. (*A Tribuna* de 26 de março de 1944)

Figura 8: Antônio Manuel Fernandes. (*A Tribuna* de 26 de janeiro de 1939)

Figura 9: Alberto Veiga. (*A Tribuna* em 26 de março de 1944)

Alberto Veiga foi outro que também contribuiu para a educação santista com

vários editoriais e artigos referentes à instrução pública englobando preocupação com os temas da escola Normal, ensino profissional e primário, com estatísticas do município e do Estado. (PRATES, 2008, p. 7)

A atuação política nos primeiros anos da República também pode dar o tom dos ideais dos constituintes santistas. Muitos deles republicanos históricos que participaram ativamente da propaganda republicana.

Por exemplo, Vicente de Carvalho atuou, conforme visto, como Secretário dos Negócios do Interior no Governo do Estado de São Paulo e como Deputado Constituinte da Constituição Estadual. Na imprensa, o Poeta atacou politicamente Américo Brasiliense, então Presidente do Estado, principalmente na defesa da liberdade das instituições republicanas, quando o Congresso foi dissolvido. Aliás, este é um motivo pelo qual, em protesto, renunciou de seu mandato parlamentar.

Também Alberto Veiga militou ativamente na política: além de sua atuação como vereador em Santos, foi deputado constituinte no Rio de Janeiro, antes de vir para a cidade.

Como indícios da ligação do grupo da Constituição com a linha de participação popular pode-se citar a principal finalidade da Escola do Povo, que era atender os trabalhadores no comércio. Além disso, Antônio Manuel Fernandes teve atuação direta na mobilização popular para revolta do Quebra Lampiões (1884), na qual a população respondeu violentamente contra os abusos da companhia responsável pelo fornecimento e água na cidade. Outro indício é o próprio nome do jornal de Olímpio Lima: *Tribuna do Povo*, que trazia em seu título a indicação de que seria um meio de expressão da opinião popular.

Outro conflito importante no qual estiveram envolvidos os constituintes santistas foi o ocorrido entre os anos de 1893 a 1895, quando houve no país a chamada Revolta da Armada contra o governo autoritário de Floriano Peixoto. Este justificava suas atitudes autoritárias e centralizadoras

com o argumento de proteger a República. Muitos dos republicanos, no entanto, entenderam que a República, na realidade, estava sendo usurpada com a falta da legalidade e cerceamento da liberdade.

Segundo Olao Rodrigues:

Santos [...] se mostrava politicamente agitada em consequência dos acontecimentos de 1893, dividindo-se os florianistas em dois grupos influentes, um sob a chefia do Dr. Manuel Maria Tourinho e o outro liderado por Américo Martins dos Santos (1979, p. 70).

No entanto, podemos perceber que havia um grupo de apoiadores dos revoltosos. De fato, “os antiflorianistas, numerosos em Santos, àquela altura, ainda teimavam em não ceder em seus direitos de opinião” (SANTOS, 1986, p. 257). Isso porque “[...] os bons republicanos de Santos não simpatizavam com Floriano e seu tipo ditatorial de governo, e o declararam em reuniões e pela imprensa [...]” (idem, p. 263).

O próprio jornal *Tribuna do Povo* serviu para os opositores divulgarem sua opinião:

Em seus ataques, logo no lançamento do jornal, **Olympio acusa Floriano de tirania**, despotismo e bonapartismo, chamando-o, entre outras coisas, de “o carniceiro do Paraguai” e “salteador”. **Em consequência o jornal foi empastelado logo após o primeiro número**, em março de 1894. (ALVES, 2008, p. 32)

Houve perseguição política, cassação de mandatos de vereadores e empastelamento dos jornais pelas mãos dos aliados santistas:

Tribuna do Povo seria empastelado mais duas vezes: em abril de 1895 e em dezembro do mesmo ano, pouco depois da depredação do jornal *Santos Commercial*. Participou das ações de vandalismo o chamado Batalhão Patriótico Silva Jardim, liderado por Quintino de Lacerda, que atuava a mando do presidente do estado (hoje denominado governador), Bernardino de Campos (ALVES, 2008, p. 33).

Protestou Manuel Maria Tourinho contra o estado de sítio estabelecido na cidade. Este, que presidia a edilidade neste período, se recusou a comparecer nas sessões enquanto durasse o período de exceção. Vicente de Carvalho²³ era outro que estava ao lado dos revoltosos. Isso porque

²³Vicente de Carvalho ajudou o general Rebelde Couto de Magalhães a se refugiar em Bertioga durante o conflito, o que mostra seu apoio aos revoltosos.

estes faziam parte dos “republicanos ortodoxos, da ala oposicionista, [...] afastada do presidente. [...] Nesse Clube (Republicano) estava a mais aguerrida gente republicana.” (SANTOS, 1986, p, 259)

Pode-se ver que, no ano de 1893, os vereadores se dividiram em dois grupos com opiniões opostas sobre a Revolta. É o próprio Tourinho que nos fala sobre a divisão entre os vereadores santistas:

Todos sabem que, durante a revolta, a maioria da câmara municipal de Santos, rindo-se da tibieza dos chefes oposicionistas, continuou no seu posto de honra, protestando, tanto quanto podia, contra a ditadura ferrenha que nos humilhou (*Tribuna do Povo*, 8/1/1896. In Coleção Costa e Silva).

Assim, vemos que, ao contrário do que se costuma afirmar, havia divergências de ideias entre os políticos da cidade, e mesmo entre os republicanos santistas.

No seu primeiro relatório como presidente da Câmara, Manuel Maria Tourinho deu mostras de como foram conflituosos os primeiros tempos da primeira Câmara eleita:

Tem sido, sem duvida alguma, cheia de peripécias a vida da Câmara municipal de Santos de um ano a esta parte. Despeitados adversários políticos, na faina de empolgarem o poder, de tudo lançaram mão.

Intrigas, denúncias, infâmias, cartas anônimas e até ataques flagrantes à Constituição do Estado, tudo foi julgado legítimo para a posse do governo municipal.

Felizmente o patriotismo, a dedicação e a invejável tenacidade da câmara, tudo venceram, tudo aniquilaram obrigando os adversários a abandonarem o campo verdadeiramente derrotado e até corridos pelo povo, juiz imparcial em legítimo em semelhantes casos.

Ainda bem. Foi uma verdadeira vitória, epilogada pela consagração que as urnas acabão de fazer ao partido em oposição (Relatório do Intendente Municipal de Santos de 1894).

Os documentos e informações analisados dão indícios de motivação política para a anulação da Constituição Santista. Os argumentos legais não se sustentariam por si só, mas foram muitos os conflitos e o preço pago pelas divergências políticas foi a anulação da Lei Santista. Aliás, o próprio Tourinho dá mostras disso:

[...] uma época em que a bachareilice, ignorante e presunçosa, começava a dar golpes na autonomia do município, derruindo, com auxílio criminoso do governo e de uma oposição apenas rotulada com este nome, a conquista grandiosa da emancipação de Santos [...] (*Tribuna do Povo*, 8/1/1896. In Coleção Costa e Silva).

Nesse sentido é importante pensar em algumas questões, como que para o nascente regime republicano seria importante para o país que as unidades da federação, mesmo os municípios mantivessem-se unidos, e especialmente cidades de importância estratégica como Santos.

2.2.2 O segundo grupo

As eleições para a Câmara Santista, realizadas no ano de 1901, representaram uma mudança no comando da cidade. Os políticos eleitos eram ligados ao Governo do Estado e, portanto, oponentes da legislatura anterior.

Foram eleitos doze vereadores que tomaram posse no dia 1 de janeiro de 1902: Narciso de Andrade, Dr. Manoel Galeão Carvalhal, Antonio Candido Gomes, Joaquim Mariano de Campos Moura, Teodorico d'Almeida, Francisco Antonio de Souza Junior, Henrique Porchat de Assis, Hermenegildo Antonio Ablas, Gil de Souza Rodrigues e Raimundo Sóter de Araujo.

O comando da cidade passou a ser dividido em três intendenções, responsável cada uma por um setor da administração municipal: Intendência de Justiça e Poderes, formada pelos vereadores Raimundo Sóter de Araújo, Manuel Galeão Carvalhal e Joaquim Mariano de Campos Moura; Intendência de Obras e Viação, a cargo dos vereadores Narciso de Andrade, Teodorico de Almeida e Hermenegildo da Silva Ablas; e Intendência de Fazenda e Contas, composta por Antônio Candido Gomes, Gil de Souza Rodrigues e Francisco Antonio de Souza Junior.

A partir desse momento, houve na cidade uma verdadeira expansão na criação de escolas, tanto estaduais como municipais, proporcionada pelo alinhamento entre a política estadual e a política local.

O ano de 1908 foi aquele no qual os poderes executivo e legislativo foram separados, criando-se a instituição da Prefeitura Municipal. Entre a legislatura de 1902 e a de 1908, diversas modificações na estrutura urbana foram realizadas e problemas da cidade foram solucionados, permitindo uma estabilidade política que possibilitou essa modificação na estrutura administrativa.

Entre as realizações desse período, podemos citar a criação dos canais para o saneamento da cidade – que proporcionaram o fim das epidemias que assolaram a cidade no final do século XIX, a construção do cais do porto pela Companhia Docas e a expansão urbana rumo à Barra, entre outras.

Como vemos muitos e graves, eram os conflitos entre os republicanos santistas, espelho dos conflitos entre os ideais republicanos que se colocavam em prática. Conflitos estes que não se limitavam ao debate de ideias, mas passavam pela cassação de mandatos, pela agressão física, e mesmo pela pressão política. E tudo isso vai influenciar tanto a feitura, como a anulação da Constituição Política de Santos.

2.3 A Constituição Municipal - 1894

A cidade de Santos, ao longo do século XIX, vinha enfrentando problemas sanitários, que originavam e propagavam diferentes epidemias, como já foi mencionado anteriormente, sendo deixada à própria sorte pelos governos estadual e federal. Estes só voltaram seus olhos para a cidade com o desenvolvimento do comércio de exportação, principalmente de café, no final deste século, quando passaram a ingerir nos negócios da cidade, segundo seus interesses.

Conforme já visto, com a Proclamação da República, o governo municipal passa das Câmaras para os Conselhos de Intendências. A Constituição Federal e depois a Constituição Estadual de São Paulo estabelecem algumas diretrizes, mas deixam a cargo dos municípios sua própria organização administrativa.

A legislatura de 1892 a 1895 é a primeira da República eleita pelo povo e nela estão sujeitos que participaram ativamente do movimento, bem como dos conflitos republicanos, como a Revolta da Armada.

O primeiro grupo de Intendentes eleitos em Santos em 1892 promulgou uma Constituição Municipal dois anos depois. Entre eles, estavam apoiadores da Revolta da Armada e apoiadores dos Movimentos Operários,

como Manuel Maria Tourinho e Olympio Lima. Nesse embate, pode-se perceber sujeitos que tentaram colocar em prática suas concepções de república, além do confronto político e de ideias.

Essa Lei tinha notadamente caráter de autonomia para o Município frente ao poder do Estado, e também pontos considerados de vanguarda, como o voto feminino, a criação de um órgão para julgar casos de improbidade administrativa e o destaque dado à educação.

Uma das questões é saber se havia mesmo uma concepção “avançada” de república, de educação, ou “apenas” disputa por poder fixação de uma posição política. Os debates nas sessões da Câmara Municipal podem fornecer indícios que auxiliem na compreensão da educação no período.

Santos teve importante participação no movimento para a abolição da escravidão e na propaganda republicana, sendo palco de discussões e circulação de ideias no final do século XIX.

A cidade vinha enfrentando, por vários anos, problemas sanitários, que originavam e propagavam diferentes epidemias, sendo deixada à própria sorte pelos governos estadual e federal. Estes só voltaram seus olhos para a cidade com o desenvolvimento do comércio de exportação, principalmente de café, no final do século XIX, quando passaram a interferir nos negócios da cidade, segundo seus interesses.

Diante dessas forças que agiam na cidade, os grupos de políticos e intelectuais se dividiram entre aqueles alinhados ao governo do Estado e aqueles que pretendiam maior autonomia para Santos, cada um dos grupos procurando defender os ideais republicanos segundo suas representações.

É nesse contexto que, em 1894, é confeccionada pela primeira Câmara Santista de vereadores eleitos no regime republicano e aprovada pela Intendência Municipal da Cidade a Constituição Municipal de Santos, primeira e única de uma cidade do Brasil. Uma Constituição Política, na qual está clara a intenção de autogovernar-se sem interferências do governo federal ou estadual.

Vicente de Carvalho foi o autor do texto e diversos vereadores fizeram suas contribuições e/ou assinaram a Constituição. Entre eles, o então presidente do Conselho de Intendência, Manuel Maria Tourinho, os jornalistas Antônio Manuel Fernandes, Olímpio Lima e Alberto Veiga, e ainda José André do Sacramento Macuco, José Caetano Munhoz, Alexandre José de Melo Júnior, João Braz de Azevedo, Antônio Vieira de Figueiredo e Augusto Filgueira, todos atuantes na sociedade de Santos e com participação ativa nos movimentos republicanos e pela abolição em Santos.

Chama a atenção o fato de ser usado o termo Constituição, reservado apenas às Cartas Políticas dos Estados e da Federação. Além disso, a Constituição Santista continha artigos de vanguarda para a época, como, por exemplo, a permissão do voto feminino (só permitido no Brasil em 1934), o estabelecimento de remuneração para os vereadores somente para as sessões em que comparecessem, a criação de um órgão julgador dos atos de responsabilidade do prefeito, entre outros.

Essa Constituição, já em seu primeiro artigo, proclamava Santos como uma cidade autônoma e soberana em seu território, deixando clara a intenção de maior liberdade para cuidar dos interesses municipais.

No entanto, a Constituição Santista teve vida curta e, após protestos do grupo alinhado ao governo estadual, foi anulada pela Assembleia dos Deputados do Estado, sob a alegação de ser considerada contrária à Constituição de São Paulo e à Lei que regia os municípios.

O Regime Republicano foi inaugurado e muitos dos seus principais defensores assumiram cargos nos governos federal e estadual, defendendo seus ideais. Podemos perceber que autores da Constituição de Santos tinham em mente uma concepção de república diferente. Tudo leva a crer que a representação de república dos constituintes santistas valorizava a ideia de autonomia do município de Santos, rebelando-se contra a ingerência de poderes externos na administração e interesses da cidade.

Não se pretende fazer aqui uma análise jurídica da Constituição Política do Município de Santos, mas, como ensinado por Edward

Thompson, procurar perceber a importância do estudo da lei para entender as ideias, conflitos e tendências da sociedade, atentando-se à cultura e aos costumes da qual surge:

[...] as regras e categorias jurídicas penetram em todos os níveis da sociedade, efetuam definições verticais e horizontais dos direitos e status dos homens e contribuem para a autodefinição ou senso de identidade dos homens. Como tal, a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens; tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado (1987, p. 358).

A lei tem várias dimensões: não é apenas um resultado da expressão ideológica das camadas dominantes, mas a legislação pode revelar importantes informações sobre as disputas, imposições e reivindicações dos grupos sociais. Dessa forma ela, é ao mesmo tempo arena e “troféu” das lutas sócio-políticas. Ao estudar uma lei, é importante tentar conhecê-la não apenas como uma parte do ordenamento jurídico, mas principalmente como meio de manifestação de uma prática social.

Nesse sentido, a nova Constituição traz muitos dados relevantes para perceber os avanços e diferenças com relação à legislação municipal até então. Essas divergências de opinião ou posição política vão resultar nos conflitos que provocaram sua anulação. Isso mostra que havia concepções de república diferentes entre os grupos políticos de então.

Logo em seu primeiro artigo, a Constituição ressalta sua intenção de autonomia:

Art. 1º O Município de Santos é **autônomo** na esfera de sua economia própria e nos assuntos de seu peculiar interesse. A sua **soberania** se estende por todo seu território[...]. (grifo nosso)

Tal afirmação deixa bem clara a intenção de autonomia da cidade frente à ingerência dos poderes estadual e federal, ainda que não rompa diretamente com esses poderes, pois se insere como parte do Estado de São Paulo e submissa à Constituição Federal.

A Carta traz o termo soberania - que geralmente é utilizado somente para Estados Nacionais - para se referir ao poder de supremacia que o Estado tem sobre os indivíduos e os grupos que formam sua população, e de independência com relação aos demais Estados.

A Carta Municipal contém 53 artigos e divide-se em duas partes, cada uma com três seções. A Primeira trata da Organização do Município, abordando temas como Assembleia Municipal e suas atribuições, as formas de feitura das leis e resoluções, depois dos cargos de Prefeito e Subprefeito, sua eleição e atribuições, e termina dispondo sobre a Câmara de Recursos. A Segunda Parte refere-se às Disposições Gerais, da Revisão Constitucional e das Disposições Transitórias.

Os poderes legislativo e executivo, até então a cargo de um único órgão (a Intendência), são separados. A Constituição apresenta o Poder Legislativo, exercido pela Câmara (chamada de Assembleia Municipal), e o poder Executivo, exercido por um Prefeito:

Art. 14. Compete à Assembleia Municipal, além da atribuição geral de, nos limites da soberania do município, fazer leis, interpretá-las, suspende-las e revoga-las

Art. 22. O poder executivo é exercido pelo Prefeito municipal.

Foi criada ainda a Câmara de Recursos (artigos 38 a 40), órgão composto por três membros eleitos em conjunto com o prefeito e responsável por julgar os atos de improbidade administrativa do Prefeito, Vice-Prefeito e membros da Assembleia Municipal; tratar dos recursos interpostos relativos aos crimes cometidos no exercício dos cargos públicos e à má gestão municipal; julgar problemas com relação à inclusão no alistamento eleitoral; e reclamações sobre eleição para qualquer cargo municipal.

Nessa organização, percebe-se a tendência mais democrática que possui essa representação de administração republicana do município, pois chama o órgão legislativo de Assembleia Municipal, com conotação democrática, além de separar o poder executivo do legislativo.

Outro ponto de favorecimento da participação democrática é o artigo 4º, parágrafo único, que estabelece a proporção de um vereador para cada dois mil habitantes indicando que os autores da Lei tinham em mente a ideia de república com mais representatividade. Vejamos:

Desde que se proceda ao recenseamento da população do município, a Assembleia compor-se-ha de tantos Vereadores quantos dois mil habitantes houver; nunca podendo, porém exceder em numero a dezoito.

A ideia de participação popular aparece também na disposição de eleição direta para Prefeito. E ainda na representação de todos os estratos da população, especialmente das minorias, como o disposto no artigo 41:

Na eleição para os cargos municipais observar-se-hão, além das condições de elegibilidade, já contidas na presente Constituição, o princípio da representação das minorias, devendo a lei eleitoral adotar para esse fim o meio mais eficaz.

A questão da cidadania e direito a voto foi contemplada na Constituição Municipal também ao estabelecer que todos os homens maiores de 21 anos seriam eleitores, assim como as mulheres:

Artigo 42. Serão eleitores municipais os cidadãos maiores de vinte e um anos, e as mulheres sui juris e exercendo profissão honesta; sabendo ler e escrever e residindo no município há mais de um ano.

A Constituição Federal se omitiu com relação aos direitos políticos da mulher, possibilitando aos estados tratar da matéria. A Constituição Santista quis garantir tal direito à mulher, e o fez pela primeira vez no país, ainda que tenha sido anulada logo em seguida.

Note-se que tal disposição foi muito avançada para o período, já que o primeiro país a prever o voto das mulheres²⁴ – a Nova Zelândia – somente o havia feito no ano anterior, ou seja, 1893, e que no Brasil o voto feminino só foi admitido com a Constituição Federal de 1934.

Pode-se ainda perceber na Lei certo cuidado na transparência da administração e nas preocupações éticas com os gestores da cidade, como o disposto no artigo 10, que determina que o Prefeito não poderia ser empregado público, nem ter qualquer ligação com construtoras ou empresas que tenham contrato com a municipalidade.

Artigo 10. Os Vereadores não poderão receber empregos ou comissões remuneradas da União, do Estado ou do município, nem com eles celebrar contractos; não poderão igualmente ser presidentes, diretores, representantes ou empregados retribuídos de companhias ou empresas que gozem favores do município, ou com eles tenham contractos.

²⁴ Anos depois, em 1902, Vicente de Carvalho irá escrever os estatutos do Liceu Feminino Santista.

Também há a preocupação em evitar as nomeações e exonerações de funcionários municipais por critérios de interesses políticos. Isso aparece no artigo 46, que estabelece que os cargos municipais de Tesoureiro, Secretário, Chefe de Secção, entre outros, seriam atribuídos somente por concurso público, e que depois de trabalhado mais de cinco anos, esses funcionários só poderiam ser demitidos por meio de processo administrativo, e depois de comprovada a incapacidade física, intelectual e moral para o exercício do cargo público.

Além disso, a Constituição Política do Município conferia à Assembleia Municipal a atribuição de legislar sobre instrução pública municipal e sobre o pedido de subvenção pelo Estado devido para a mesma.

Artigo 14. Compete à Assembleia Municipal, além da atribuição geral de, nos limites da soberania do município, fazer leis, interpretá-las, suspende-las e revoga-las:

6º Legislar:

b) sobre a instrução pública municipal e sobre o pedido de subvenção pelo Estado devida para a mesma;

Tal artigo estava de acordo com a lei Estadual n. 16, de 13 de Novembro de 1891, que no seu artigo 56 dava às municipalidades o direito de:

[...] tomarem resolução sobre instrução primaria profissional, creando escolas, museus e bibliothecas, adoptando os methodos e programmas que lhes parecerem mais convenientes, contractando ou nomeando livremente os professores e ficando os seus vencimentos e vantagens: [...].

No mesmo sentido, o artigo 45 da lei n. 88, de 8 de Setembro de 1892 – que reformou a instrução pública do Estado – rezava: “As camaras municipais poderão dispensar as escolas do Estado, uma vez que os municípios tenham um systema regular de ensino primário”. Pode-se perceber uma evidencia de ser desejo do governo entregar aos municípios os negócios relativos a sua instrução.

A Intendência Santista chegou a publicar uma lei municipal (lei municipal n. 2, de 17 de Dezembro de 1894) que dava à Prefeitura o direito de fiscalizar tudo o que dissesse respeito à instrução pública, estabelecendo em uma das suas secretarias um funcionário com a atribuição específica de fiscalização da educação na cidade.

Depois da leitura da Constituição Política de Santos, pode-se perceber que muito de seu conteúdo traz as representações republicanas dos seus autores e signatários, notabilizando-se pontos de grande avanço para o período, como o voto feminino, a preocupação com a probidade administrativa e a representação das minorias.

2.4. Fim de um projeto: A anulação da Constituição Municipal

Contudo, tais “novidades republicanas” foram alvo de contestação por parte da elite política estadual e de seus aliados municipais, tendo sido pedida, em dezembro de 1894, a anulação da Constituição por Dr. José Emílio Ribeiro de Campos, major Francisco Cruz e outros, por meio de recurso à Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo.

Entre os motivos alegados, estava a inconstitucionalidade de suas disposições, que contrariariam tanto a Constituição Estadual como a Federal. Em resumo, apresentaram-se os seguintes motivos:

A declaração de que a cidade de Santos era soberana em seu território municipal; a criação de um “poder judiciário municipal” com o nome de Câmara de Recursos; a concessão de capacidade jurídica às mulheres; o estabelecimento de penas, delitos e regras processuais com relação aos crimes de improbidade administrativa; a determinação de casos de desapropriação de bens por utilidade pública; a atribuição do poder executivo para um prefeito; incluir entre as fontes de renda do município o aforamento dos terrenos de marinha; dar à Assembleia Municipal o direito de fiscalizar os poderes de seus membros; estabelecer novos casos de perda do cargo de vereador; dar à Assembleia Municipal o poder de decidir sobre a incorporação de novos territórios; conferir à Assembleia Municipal o direito de organizar a força policial do município; determinar os subsídios de prefeito e vereadores já que estes só ganhariam por secção comparecida.(Cf. ANNAES da Câmara dos Deputados de 1895 p. 522 a 607)

No recurso interposto por Ribeiro de Campos constam dois argumentos principais: 1 Que a Constituição seria nula por alterar a organização do município estabelecido pela lei 16 de 13/11/1891; e 2- Que a Câmara de Recursos teria caráter judiciário, reservado somente ao Estado e à Federação.

A Assembleia Municipal, através de parecer do dia 05 de janeiro de 1895, contesta tais argumentos e defende que a Lei Política Municipal não

feria as Constituições Federal e Estadual, pois não criava regras e direitos não contemplados antes nas referidas Cartas, mas apenas apresentá-los de forma diferentes. E ainda argumentava que:

O projeto da Constituição Política do Município de Santos foi formulado pelo ilustrado advogado Dr. Vicente Augusto de Carvalho, que seria incapaz de comprometer a Câmara Municipal, de abusar da confiança em si depositada redigindo o mesmo projeto contra a Constituição do Estado de São Paulo, em que colaborou elle como Deputado ao Congresso Estadual²⁵.

É o próprio Vicente de Carvalho, em parecer de 24 de novembro de 1894, que apresenta os contra-argumentos contra o recurso, e a nós, dá indícios de que não foram jurídicas as motivações do pedido de anulação:

A parte jurídica do referido recurso exprime apenas ignorância do assumpto. Os dous argumentos usados pelo recorrente contra a legitimidade da Constituição Municipal são ambos equivalentes na ausência, a ambos commum e completa em ambos, dos princípios de direito e preceitos de leis positivas que regulam a matéria.

Em seu texto, Vicente de Carvalho deixa ainda transparecer sua repulsa à intervenção do Estado nos negócios municipais quando diz:

Heresia abominável, que, contra o principio da autonomia municipal, pretende doutrinar uma intervenção intrusa do Congresso do Estado em matéria affecta à decisão do município.

Outro ponto de se notar no parecer do jurista e poeta é a insinuação, colocada de forma até irônica, de que o recurso poderia ser julgado contra os constituintes santistas por motivação política, ao mesmo tempo em que reforça a aversão à intervenção estatal na vida da cidade.

Ao chefe do Estado incumbe, não julgar, mas governar; não interpretar e aplicar a lei unicamente, mas dirigir, no sentido das conveniências, do interesse publico, das ideias que acredita mais fecundas em benefícios, **os elementos e as forças vivas que lhe estão confiadas**. Nas questões políticas, raramente prevalece o fundamento jurídico, e se isto é condenável em doutrina, e dá lugar a catonimas theoricas de opposição, não é menos verdade que se pratica sempre, com tal regularidade que demonstra a sua necessidade.

A intervenção do governo na vida de um município pode não ser muito orthodoxa no ponto de vista da lei que restringe a casos especialíssimos essa intervenção; mas **o governo pode ser forçado a arranhar a lei por exigências do partidatismo que lhe cumpre accomodar, por obediência a uma corrente forte de opinião**, que é preciso satisfazer, ou por interpretação do cômodo e elástico

²⁵De fato, Vicente de Carvalho, além de autor da Carta Santista, foi também deputado constituinte do Estado.

saluspopulis suprema Lex est(grifo sublinhado do autor).**Teria não direi justificativa, mas explicação, o provimento dado ao recurso, si a ausencia de fundamento jurídico que o distingue fosse compensada por alguma daquellas influencias que pesam na decisão das causas políticas**(grifos nossos).

Um ano depois, o jornal *A Tribuna do Povo* de 10 de julho de 1896 trouxe a palavra dos partidários de Manoel Tourinho e Olímpio Lima, criticando a anulação completa da carta:

“Singular jurisprudência essa, senhores congressistas, que decreta o aniquilamento, a invalidade de uma lei simplesmente porque ela arrogou-a um atributo – o voto da mulher – de exclusiva competência do Congresso federal [...]. Tudo não passou de dar pasto à cobiça mal dissimulada, ao ódio de uma política indecorosa, cujo alvo era infamar e castigar adversários que tiveram a coragem de não submeter ao governo do Dr. Bernardino de Campos ou o desprendimento de não servi-lo.

... No fundo tudo não passou de espoliar de seu mandato de prefeito municipal um homem cuja influência política crescente incomodava o governo. A notícia da disparatada decisão do congresso foi aqui vitoriada ruidosamente por um grupo chefiado por certos sicofantas, para quem a política serve de repasto à sua voracidade de dinheiro. [...]”

Vê-se, portanto, quais eram as principais ideias trazidas pela Constituição Municipal e quais os argumentos utilizados pró e contra a manutenção de sua vigência, demonstrando diferentes projetos de política e de cidade e divergências de interesse entre os grupos que governavam o município e o Estado nesse período.

Capítulo 3 – Grupos Escolares Cesário Bastos e o Barnabé e a Academia de Comércio de Santos – disputas de símbolos

O objetivo deste capítulo é fazer uma articulação entre o primeiro e o segundo capítulo, uma vez que, a criação desses dois grupos escolares, e da Academia de Comércio de Santos, mostram como os dois grupos que estiveram no poder no final dos séculos XIX e XX, representando os conflitos e tensões de dois grupos republicanos, um mais alinhado com os políticos que estavam a frente do governo de São Paulo.

Conforme procuramos apresentar nos capítulos anteriores, os responsáveis pela criação da Constituição de Santos não conseguiram fazer grandes mudanças na cidade no que se refere a expansão da educação, contando a cidade com inúmeras iniciativas de particulares, dentre elas, as empreendidas pelos imigrantes, religiosos e filantrópicos; as empreendidas pelo poder público atendiam um número muito pequeno da população.

Com a mudança no poder da cidade, a gente percebe que a expansão vai ser assegurada, tendo como disputa, ainda, os dois primeiros grupos, opositores da cidade, o alinhado ao governo que acaba construindo o Grupo Escolar, mas inicialmente em prédio provisório, que não representa o progresso republicano anunciado e propagandeado. O segundo, não alinhado ao governo, por meio de recursos de herança de Barnabé, vai construir o sonho republicano, de progresso de inovação. A seguir apresentaremos como este processo se deu.

3.1 Escola sem edifício: O primeiro Grupo Escolar Santista

Tomando como lema dos republicanos do progresso, os políticos da cidade demonstravam preocupação com a instrução dos cidadãos santistas. Um desses intendentess, João Baptista Martins de Menezes, ocupava também o cargo de Inspetor Literário. Menezes então ocupava duas importantes funções, como Inspetor Literato e da Instrução, nesta última, tinha o dever de enviar ao Secretário do Interior, relatórios das atividades exercidas e informar sobre a situação da instrução na cidade. Em desses relatórios usou exemplos de pensadores europeus e também políticos norte-americanos, evidenciando a

influência do modelo estrangeiro como nos mostra em um trecho de seu relatório:

A prosperidade de um paiz não depende da abundancia das suas rendas, nem da importância das suas fortalezas, nem da belleza dos seus edifícios públicos, consiste no numero dos seus cidadãos cultos, nas suas maneiras de educação, illustração e caracter. Nisso é que está o seu verdadeiro interesse, a sua principal força, o seu real poder. É pois suprema a importância da educação e da instrucção do povo, conforme esses justos conceitos de um notavel philosofo. Instrui o povo! São palavras de Washington e de Jefferson. O grande Michelet pergunta, e elle mesmo responde: <Qual é a primeira parte da política A educação, qual a segunda A educação> O grande campo de batalha, na opinião de Littré, éo da educação e da escola. O eminente Leibnitz dizia: <dae-me a educação e a instrucção que eu mudarei a face da Europa em menos de um século>. É pois incontestavelmente poderosa a influencia da educação e da instrucção no destino de um individuo o de uma nação, dependendo mesmo a felicidade ou a infelicidade daquelle e desta da bôa ou má educação e instrucção que recebem. (RELATÓRIO, 30/12/1899)

O Intendente defende a ideia republicana e positivista de associar a ordem e o progresso à capacitação intelectual do indivíduo. Em um de seus relatórios afirma que a para compreender a República deve-se mostrar seus benefícios ao povo a partir da instrução pública e diz que:

[...] perturbar a Republica é esmagar a propria conquista; mas, para o povo ser grande, para tornar-se magestoso e digno, não lhe é mister derrocar Bastilhas, cumpre-lhe sómente conquistar o livro, invadir a eschola.[...] Instruir o povo é emancipar o individuo, é preparar o municipio para maior somma de conquistas autonomicas, é plantar no paiz as verdadeiras bases de uma instituição legitimamente democratica (*Relatorio*, 07/01/1898).

Contudo, passados 10 anos da implantação do regime republicano, Santos ainda não contava com nenhum grupo escolar, talvez a mais importante instituição que representava a modernidade republicana, principalmente no seu carro chefe, ou seja, na educação, que tinha por slogan, erradicar o analfabetismo no país, pois afinal, só se pode construir uma forte nação republicana, com cidadãos educados, civilizados, etc. O que foi criticado pelo Inspetor Literário em relatório emitido na época:

Assim é que as escolas isoladas mantidas pelo Governo Estadual neste município não satisfazem de modo perfeito as necessidades da instrução, sendo da mais urgente conveniência que a Câmara

represente ao Governo do Estado sobre a criação e a instalação de um grupo escolar nesta cidade, assim como já possuem muitas outras cidades do interior e muito inferiores a cidade de Santos, aliás, a primeira do Estado, depois da Capital, devendo mesmo a Câmara Municipal prestar a esse respeito o auxílio pecuniário que puder (apud PEREIRA, 1996, p. 111).

Esse tipo de argumento, foram os mesmos utilizados por vários municípios da cidade de São Paulo e também em outros Estados brasileiros, como por exemplo, Minas Gerais. No caso de Santos, depois de muitas reivindicações, a cidade teve a instalação do primeiro Grupo Escolar, que recebeu o nome de um dos políticos santistas que mais se empenhou nessa iniciativa: Dr. Cesário Bastos²⁶.

O Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos foi criado em 28 de abril de 1900 e instalado a 13 de outubro em imóvel alugado pela Câmara. De propriedade de Júlio Conceição, à Rua Brás Cubas n. 80, esquina da Sete de Setembro e Senador Feijó (PEREIRA, 1996, p. 118).

De 1900 até 1915, a escola, que reuniu as existentes até então no município, exerceu suas atividades em tal espaço provisório.

Se o Grupo Escolar, enquanto prédio arquitetonicamente moderno não foi construído ao ser inaugurado o Grupo Escolar Cesário Bastos, a questão sobre estes tipos de prédios, estavam presentes nos debates sobre a criação da Escola Barnabé e na criação da Academia de Comércio de Santos, o que ajuda a compreender os embates sobre a educação deste período na cidade santista:

O edifício-escola, como se sabe, serviu de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas, o campanário e o relógio [...]. Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço de ideais nacionais, religiosos e sociomorais (FRAGO, ESCOLANO, 1998, p.40).

Uma das principais discussões encontradas nas atas da Câmara no que diz respeito à criação da Escola Barnabé era se o legado deixado pelo

²⁶ Dr. José Cesário da Silva Bastos (1849 – 1937) foi chefe do diretório republicano santista, vereador na legislatura de 1892 a 1893, senador estadual entre 1894 e 1897, em várias legislaturas de 1894 a 1910 e depois de 1922 a 1925.

comerciante seria suficiente para construção do edifício da escola. Aliás essa era uma preocupação presente, como percebemos:

para ser creado um grupo escolar nesta cidade – era necessario que a Camara Municipal de Santos locasse um predio com as precisas condições hygienicas e pedagogicas e puzesse esse predio a disposição do Governo Estadoal para a instalação e o funcionamento do grupo escolar. Tractou portanto esta inspeccorade providenciar a esse respeito, e em companhia do distincto professor Carlos de Escobar, conforme informações favoraveis que teve sobre um predio de sobrado sito a rua Xavier da Silveira, pertencente a humanitária “Associação Protectora da Infancia Desvalida” (RELATÓRIO, jan./1901)

Os embates travados sobre o tipo de construção seria a mais adequada para o novo prédio foi concretizada somente em 1902, mas não no primeiro Grupo Escolar, o Cesário Bastos, mas o Grupo Escolar “Barnabé”.

3.2 O Legado Barnabé e o primeiro “Templo do Saber” de Santos

O primeiro grupo escolar criado em Santos foi o Cesário Bastos, de 1900. No entanto, já estava em discussão a ideia da necessidade de mais escolas pelo menos há mais de uma década.

Isto porque na década de 1890 ainda não existiam na cidade escolas direcionadas ao ensino gratuito que pudessem comportar todas as crianças da cidade, mas:

[...] em 1869, existiam duas cadeiras masculinas e duas femininas, aumentando para três masculinas e três femininas, em 1879, da rede estadual. Já no ensino municipal, havia a Escola Olavo Bilac, criada pela Lei nº 97 de 12/05/1897, composta por oito classes diurnas não reunidas (VIEIRA, 2011).

Portanto, pode-se perceber que Santos estagnou na área da educação pública durante 20 anos, a despeito de que a população ter crescido a cada ano. Essa situação tornou necessário um ensino de qualidade que pudesse comportar todas as crianças em idade de alfabetização em escolas com boa estrutura.

[...] em 1873, quando a população de Santos, era apenas de 14 mil almas, o numero das escolas publicas erão de 6, para ambos os sexos, e que hoje passados 20 annos, sendo a população de 30.000 almas, o que dá uma população escolar de 1800 parvulos, nas condições de começarem a aprendizagem, são apenas mantidas as mesmas 6 escolas daquela época (ofício de agosto de 1893).

Parte da elite da cidade, possivelmente movida pelo desejo de ter seus nomes perpetuados e ligados ao legado educacional, atuou em prol da educação. É o caso do comerciante de café Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes²⁷, falecido em 1892, que legou em seu testamento verba para criação de uma escola pública, com a condição de que a mesma levasse seu nome.

Barnabé, oriundo de uma família abastada, tinha algumas propriedades em seu nome em Santos, sendo uma delas a famosa Ilha Barnabé, também conhecida como Ilha dos Padres. A Câmara estava ciente de que lhe foi legada uma quantia em dinheiro juntamente com a 7ª parte da dita ilha, e era preciso que se iniciasse a transferência desta documentação para os cofres municipais. Começaram então alguns debates provenientes desta divisão de terrenos(CARDOSO, 2011 p. 28).

Apesar do chamado “Legado Barnabé” ter sido transmitido ao Conselho de Intendência em 1892, somente em 1894 os intendentess produziram um projeto de lei para a constituição da escola.

Tratando das normas e finalidades da escola, Julia ajuda a refletir sobre o papel da escola no início republicano santista – período de leis, debates e conflitos:

[...] os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas; mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola (JULIA, 2001, p. 19).

E esses conflitos de projetos podem ser percebidos nos debates da câmara. Um exemplo encontra-se na divisão entre os intendentess para a aprovação do Projeto de Lei. Votaram a favor: Antônio Manoel Fernandes, Sacramento Macuco e Antônio Vieira Figueiredo. O vereador Martins, alegando

²⁷ Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes [...] nasceu a 24 de fevereiro de 1829 em Santos e faleceu em Paris em dezembro de 1892. Foi o mais lustroso rebento da árvore dos antigos Carvalhaes. Demonstrou ele várias vezes amor à instrução, estendendo sobre esta, mesmo de longe, a sua munificência. Um dos jornais do Rio, de 1887, corrobora a nossa afirmativa com esta notícia: “O antigo negociante brasileiro, há alguns anos residente na Europa, enviou ao seu particular amigo, o Sr Bittencourt da Silva, a quantia de 1:000\$000 para Liceu de Artes e Ofícios.”(SOBRINHO, 1953, p. 324).

ainda não ter recebido o dinheiro legado, solicitou o adiamento da votação por querer estudar melhor o caso e então foi adiada (Ata da sessão do dia 04 de outubro de 1894).

O primeiro Projeto de Lei foi proposto pelo intendente Antônio Manuel Fernandes²⁸ e determinava a criação de uma escola modelo, com a construção de prédio nos moldes higienistas. Nas sessões das atas foi possível perceber que havia um impasse para que o Projeto de Lei fosse concretizado por justamente ter esta diversidade de opiniões sobre o assunto.

Em parecer de 1895, no qual pede que a escola seja administrada exclusivamente pelo município, o então presidente do Conselho de Intendentes, Dr. Manuel Maria Tourinho, diz:

Considerando que é dever dos municípios deixarem bem eloquentemente provado aos posterios os seus esforços em beneficio da educação intellectual dos que nelles residem:

Considerando que a municipalidade entregando ao Estado um legado destinado a instruir o povo, ficará, com o correr dos annos, absolutamente esquecida em relação ao assumpto:

Considerando que este exemplo arredará da municipalidade a munificencia particular, em favor do Estado, considerado, assim, o unico em condições de arcar com as dificuldades em prol do ensino[...].

Considerando, principalmente, ser assumpto controverso o poder a Assembleia Municipal transferir a outrem um legado que lhe foi instituído para um fim especial, indo, assim, de encontro à ultima vontade, sempre respeitada e sagrada, de um testador:[...]

Resolvo, fundado no paragrapho unico do art. 18 da Constituição Politica deste município, pedir a essa illustre Assembleia, em nome dos seus elevados créditos, que applique o legado Barnabé no estabelecimento de uma escola sua, inspeccionada exclusivamnete por si.

Santos 23 de Janeiro de 1895.

Dr. Manoel Maria Tourinho

²⁸ Antônio Manoel Fernandes - Nascido em Santos, a 5 de dezembro de 1843, como filho legítimo de Manoel Fernandes e de d. Etelvina M. de Jesus Fernandes. Estudou primeiras letras em Santos, e na idade de 15 anos seguiu para São Paulo, a fim de fazer os preparatórios no Colégio Paulistano, de onde saiu em 1861, para matricular-se no primeiro ano da Academia de Direito. Não se sabe por que, porém, deixou de formar-se, abandonando a faculdade quando já cursava o seu terceiro ano.

Voltando para Santos, sujeitou-se a concurso de primeira e segunda entrância para provimento de um cargo na Alfândega local, cargo esse que exerceu durante algum tempo.

Amigo da instrução, auxiliado por alguns cidadãos e companheiros, principalmente Sacramento Macuco, fundou e sustentou por quase cinco anos a Escola do Povo, aula noturna, frequentada por todas as classes, sendo um dos professores gratuitos da mesma escola. Ocupou mais tarde o cargo de juiz de paz, por indicação do dr. Américo Brasiliense [...] (IHGS, S.d., S.p.).

O Intendente deixa transparecer em seu texto seu temor pela autonomia da administração municipal nos assuntos que dizem respeito à instrução pública, bem como, o receio de entregar ao governo do Estado de São Paulo o legado.

Aliás, eram muitas as divergências, chegando-se mesmo a duvidar da lisura de intenções para a aplicação da verba destinada pelo “legado” para a criação da escola:

No mês de julho de 1895 o senhor Antonio Manoel Fernandes havia acabado de assumir o posto de intendente, anteriormente ocupado pelo senhor Figueiredo, e deparou-se com a falta do dinheiro do legado Barnabé que supostamente já se encontrava na Câmara e então oficiou ao governo estadual para que averiguassem o caso. Em agosto do mesmo ano o promotor Manoel Galeão Carvalhal abriu um inquérito a fim de apurar o que de fato aconteceu, solicitou exames nos livros da Câmara e um interrogatório junto à polícia das testemunhas envolvidas no caso, sendo tais solicitações acatadas imediatamente pelo senhor Fernandes, que montou uma comissão especial para o cumprimento desta determinação. (CARDOSO, 2011, p. 30)

Antônio Manuel Fernandes foi um dos intendentes que mais se empenhou para a aplicação do legado Barnabé, tendo inclusive proposto o regulamento da escola, baseado nas normas da instrução pública estaduais, prevendo as formas de fiscalização e direção da escola, disciplinas, funcionamento da escola, bem como orçamento para construção do prédio e compra dos materiais, e até mesmo o programa de ensino:

Haverá curso primário e curso intermediário, com o seguinte programma:

(a) Arte de leitura, leituras correntes, calligraphia, calculo mental, as quatro operações fundamentaes, ensino de cousas, rudimentos de arithmetica, systema métrico decimal, rudimentos de Historia Patria, idem de Geographia, palleographia e rudimentos de Portuguez.

Educação cívica e moral; desenho limiar e rudimentos de musica, no curso primário.

(b) Selecta de autores nacionaes, constituições Federal e Estadoal, Historia Patria, Geographia Patria, Grammatica portugueza, Arithmetica, Geometria (planeometria), systema métrico, calligraphia palleographia, desenho applicado as artes musica vocal e instrumenthal no curso intermediário.

(c) Num curso e noutro, a educação physica constará de gymnastica das escolas, com aparelhos apropriados ao ensino; escola de passo, passeios, etc.

(d) Logo que a Camara disponha de recursos creará os cursos profissionaes artes e officios, onde serão professadas as disciplinas

que mais possam aproveitar ao progresso dos alumnos(*Projeto de regulamento*, 1893).

Ficou decidida a criação da escola, em parceria com o poder Estadual, no ano de 1895. O Estado ficou responsável pela supervisão da escola, pelo pagamento dos funcionários e pela construção do edifício, enquanto o município repassou o dinheiro relativo ao “legado Barnabé”, além de um terreno cedido:

A praça “Corrêa de Mello” por Lei da Assembléia Municipal ficou à disposição do Governo do Estado acompanhando o legado Barnabé para a edificação de um grupo de escola sob o nome d’aquelle notável santista. (*Ofício* de 7 de março de 1895)

Contudo, os embates entre Estado e Município não terminaram. As desavenças entre as esferas da federação se manifestaram, por exemplo, com relação ao cumprimento dos prazos para a construção do edifício escolar:

“A Camara Municipal de Santos, reunida em sessão especial, depois de haver por espirito de conciliação, para evitar litigeos officiados mais de uma vez do governo do Estado, perguntado a este se construia ou não a “Escola Barnabé”, sem que merecesse resposta, depois de haver invidado todos os esforços para manter bôa harmonia e cordialidade nas relações existentes entre as duas identidades administrativas – Municipalidade e Estado – harmonia que considera ele muito basica da mais alta importancia para o systema democratico vigente na Patria Brasileira, vio, com dolorosa surpresa o acto violento do governo, mandando embargar as obras do projectado mercado, que se estava construindo em a Praça Correia de Mello e isto por uma verdadeira e caracteristica emulação, quando é certo, que apezar de poder a camara considerar de nenhum affeito a lei nº 20 de 1º de Fevereiro de 1895, por deferencia e cordura, offereceu ao governo o terreno visinho à Praça, ou qualquer outra; em taes circunstancias não pode deixar de protestar a Camara Municipal, como de facto protesta em nome do municipio de Santos contra tão intempestivo e irregular procedimento e affirma solenemente a sua resolução de fazer manter pelos meios permithidos, os direitos que lhe assistem, lamentando ao mesmo tempo tão doloroso conflicto (*Ata*, 1896/1898).

A inauguração da Escola Barnabé só aconteceu em 1902, quando Santos já possuía o Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos desde 1900. Este, contudo, não possuía prédio adequado, funcionando até 1915 em prédio alugado. Na figura abaixo vemos o prédio da Escola Barnabé nos primeiros anos após sua fundação, e podemos notar que era um prédio imponente e de destaque na paisagem do centro da cidade.

Figura 10: Escola Barnabé s.d.. Fonte: *Jornal Eletrônico Novo Milênio*. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/>>. Acesso em: 25 de abr. 2014.

Nesta fotografia, publicada na edição especial da *Revista da Semana*, do *Jornal do Brasil* de janeiro de 1902, vemos o edifício especialmente construído para a Escola Barnabé. A criação do Grupo Escolar Barnabé se fez com o cuidado de ser acompanhado de um edifício nos moldes dos “Templos de Civilização”, com características determinadas em seu projeto de criação:

Importancia do edificio onde funcçionarão a Escola do Barnabé e a Bibliotheca Municipal, devendo constar de dois pavimentos, um terreo e outro superior, tendo o pavimento terreo 1 sala de recepção de 20 metros de area 1 gabinete e 1 sala para as aulas, com 45 metros de area e ao fundo quartos para secretas, mictorios e lavatorio; o pavimento superior, duas salas que acompanham o edificio em largura e comprimento, 1 para secretaria e mesa de leitura, e outra para bibliotheca propriamente.

O edificio será cercado de janellas, terá projecção de luz pelo lado direito, ventilação, hygiene e solidez, compatíveis as necessidades pedagógicas (*Projeto de regulamento*, 1893).

A importância dada à arquitetura dos edifícios escolares do período republicano é explicada por Souza (1998):

[...] os edifícios dos primeiros grupos escolares puderam sintetizar todo o projeto político atribuído à educação popular: convencer, educar, dar-se a ver! O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente (SOUZA, 1998, p. 123).

Percebe-se a preocupação com a saúde da criança, uma vez que, no final do século XIX, a cidade foi devastada por inúmeras epidemias, forçando uma atitude rígida por parte das autoridades, o que se refletiu nos espaços escolares:

Petição dos Paes, tutores ou curadores ao presidente da Camara, pedindo lugar na escola para o menor;
Maiores de 7 annos e menores de 13;
Att.Estado de vaccina do medico municipal.
O presidente da Camara despachará as petições de matricula, depois de ouvir a informação do professor. (*Projeto de regulamento*, 1893)

Figura 12: Ponto vermelho indica a área do terreno em que foi construída a Escola Barnabé. Mapa de Santos de 1894. Fonte: Fundação Arquivo e Memória de Santos

A localização da escola, bem no centro da cidade, como vemos no ponto em vermelho no mapa acima possibilitou que a mesma atendesse os filhos dos trabalhadores, muitos dos quais viviam nos cortiços da região portuária, o que foi muito importante para diminuir a carência da educação popular santista.

3.3 Academia de Comércio de Santos (Secundária)

Outra Instituição de grande importância para compreender a questão da escolarização em Santos é a Academia de Comércio de Santos, criada em 1907, já no fim do período das Intendências Municipais. As grandes transformações culturais e socioeconômicas ocorridas em Santos na passagem do século XIX para o XX, criaram novas demandas nas práticas comerciais e estas podem ter propiciado a fundação de uma escola de comércio.

Andrade (1978, p. 116) trata da forma como o café trouxe nova dinâmica a Santos, com suas novas “necessidades ligadas aos problemas de sua exportação”, como o tempo de permanência dos navios no porto, a armazenagem do café, a exigência de concretização de contratos ou acordos comerciais. As operações, antes feitas entre pessoas com ligações pessoais e na base da confiança, com o aumento do volume dos negócios cedem lugar ao financiamento deste intenso comércio, a diferentes bancos de crédito agrícola como o Banco de Crédito Real, o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola, o que passou a exigir contratos mais técnicos e impessoais (PEREIRA, 1980, p. 162).

Para acompanhar as mudanças, as antigas práticas de comercialização precisariam se modernizar. Mudou-se a representação do que era adequado na forma de escrituração comercial. Passou-se a considerar que o que era aprendido informalmente, através da experiência, poderia ser mais adequadamente ensinado em escolas, através de uma formação mais técnica, ligada à modernidade.

Isto levou parte da população, especialmente os comerciantes, com o apoio de educadores, a pressionar o Conselho de Intendência, então responsável pela administração municipal, para que fosse criada uma Academia de Comércio na cidade. Isso se tornou realidade quando, em novembro de 1907²⁹, a Câmara Municipal aprovou a lei nº 281, proposta pelo

²⁹ A criação da Academia do Comércio, por muitos anos insistentemente reclamada por cidadãos santistas e pela própria Associação Comercial, só foi atendida no último ano do período da Intendência Municipal, quando as condições sócio-políticas foram favoráveis.

então Inspetor Literário, Dr. Raymundo Sóter de Araújo³⁰, e sancionada pelo então Intendente Municipal, o tenente-coronel Cincinato Martins Costa.

Diana Vidal, analisando os conceitos de cultura escolar, forma escolar e gramática da escola, aponta que Guy Vincent, ao interrogar-se sobre a os três elementos constitutivos da instituição escolar (espaço, tempo e relação pedagógica), percebia a gênese desse modelo em um determinado período histórico:

Guy Vincent considerava que a forma escolar criada por La Salle havia sido mantida em sua essência (permanecendo como tal até os dias de hoje). Para Vincent, a alteração fundamental foi operada em grande parte pela passagem de uma cultura fundada na oralidade para uma cultura escritural, baseada na difusão da palavra escrita (crescimento da alfabetização), mas principalmente na organização do pensamento e da relação do homem com o mundo pela lógica escritural (VIDAL, 2005, p. 38).

Essa “cultura escritural” se deu por meio de um processo de formalização do ensino, que se desenvolveu no tempo e passou a considerar necessário um tipo específico de formação a partir de certos modelos que influenciam a instituição escolar até nossos dias.

Até 1867, a cidade de Santos, portuária, possuía uma tradição comercial, mas prioritariamente oral. Com a inauguração do transporte via ferrovia, de Jundiaí a Santos, houve um avanço no transporte de mercadorias para o porto de Santos. O que tornou necessária e urgente a modernização do porto, pois os trapiches e pontes de madeira já não davam conta da intensa movimentação de mercadorias e pessoas.

Antes da construção do cais e da transformação do trabalho portuário, moldando-se aos ideais capitalistas, o trabalho ocorria segundo costumes³¹ gradualmente instituídos.

³⁰Médico formado pela Escola de Medicina da Bahia. Atuou em Santos no combate às epidemias do século XIX, foi Intendente de Higiene, Inspetor Literário e Vereador por várias legislaturas. Fundou com Carlos Escobar e o médico Silvério Fontes o jornal *Questão Social* e o Centro Socialista de Santos.

³¹Thompson (2008, p.88) descreve os costumes como [...] crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento.

Tendo em vista que a característica fundamental de um sistema portuário capitalista está na racionalização do processo produtivo, como numa fábrica, diminuindo o tempo de armazenagem e de embarque (HONORATO, 1996,p. 157), tornou-se necessário também qualificar a mão de obra das empresas ligadas ao comércio portuário, orientando-o de uma maneira mais racional.

As mudanças trazidas pelo ingresso da cidade em um mundo “moderno” trouxeram, portanto, consequências na educação.

Trabalhar em uma cidade na qual a cultura escrita progredia, sem domínio das primeiras letras, era ficar à margem de certos postos de trabalho. Com o incremento do movimento portuário, multiplicaram-se as oportunidades de emprego em casas de importação e exportação, bancos, companhias de navegação e outros grandes estabelecimentos comerciais (VIEIRA; CALEFFI, 2009).

Além das mudanças mais visualmente perceptíveis, ocorreram mudanças na cultura, na qual a oralidade, até então predominante, passou a ser gradualmente invadida pela escrita. Cruz (2000, p.66) aponta que:

Nas últimas décadas do século passado [i.e., XIX], misturada às necessidades colocadas pelo desenvolvimento das escritas e controles mercantis, obedecendo aos ditames da “vulgarização” impostos pela propaganda, transportada na velocidade dos novos serviços de correios e telégrafos e articulada às novas linguagens visuais da modernidade, a escrita desce do pedestal e começa a invadir a vida cotidiana da cidade.

Como resultado, as transações comerciais e a divulgação de mercadorias passaram a dar-se através de novas fórmulas. Jornais estampavam os “reclames” dos produtos, a movimentação dos navios, a quantidade de mercadorias e os balancetes das várias firmas.

A conjuntura apresentada foi propícia à criação da Academia de Comércio na cidade. Em novembro de 1907, a Câmara Municipal aprovou a lei nº 281, sancionada pelo então Intendente Municipal, o tenente-coronel Cincinato Martins Costa.

No seu trabalho sobre a evolução do ensino de contabilidade no Brasil. Peleias (et alii, 2007, p. 10) mencionam que entre 1889 e 1931 houve

grandes alterações nos cursos comerciais, que se estruturam e adequaram-se às novas necessidades do mercado.

A criação da Academia do Comércio foi, por muitos anos, insistentemente reclamada por um movimento de cidadãos santistas e pela própria Associação Comercial, mas só foi atendida no último ano do período da Intendência Municipal, quando as condições sócio-políticas foram favoráveis.

A Lei que criou a escola, proposta pelo então Inspetor Literário Dr. Raymundo Sóter de Araújo³² e aprovada por diversos vereadores, estabeleceu que esta manteria dois cursos. O primeiro, *geral*, teria por objetivo formar guarda-livros, peritos judiciais e profissionais habilitados em funções da Fazenda, à semelhança do curso oferecido no Rio de Janeiro como sendo de *formação geral e prático* (PELEIAS et alii, 2007, p. 11).

O segundo, considerado *especial superior*, segundo a Lei aprovada em Santos,

habilitando mais, para os cargos de agentes consulares, funcionários do Ministérios das Relações Exteriores, actuários, de companhias de seguros e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas commerciaes.

Nesta escola, procurava-se formar profissionais preparados para os serviços portuários, bancários, contábeis, alfandegários, além de agentes de navegação marítima e administradores para o comércio cafeeiro, ou seja, para toda uma gama de profissões e postos de trabalhos que começavam a surgir com o crescimento das exportações pelo Porto e com o desenvolvimento de Santos. Este tipo de formação tornava-se necessária devido ao advento de diferentes empresas comerciais para a região.

Como primeiro diretor foi nomeado o Sr. Aquilino do Amaral, tendo por secretário o Sr. João de Abreu. Embora o Regimento Interno previsse a permanência do diretor no cargo pelo menos durante três anos, em 1908 o Diretor e seu Secretário foram demitidos pelo prefeito eleito, o que

³²Médico formado pela Escola de Medicina da Bahia, atuou em Santos no combate às epidemias do século XIX, foi Intendente de Higiene, Inspetor Literário e Vereador por várias legislaturas. Fundou com Carlos Escobar e o médico Silvério Fontes o jornal *Questão Social* e o Centro Socialista de Santos.

causou intensos protestos na Câmara, principalmente pelo Dr. Galeão Carvalhal.

Matricularam-se na Academia de Comércio pessoas que pretendiam ingressar em atividades comerciais, mas principalmente aquelas que já trabalhavam no comércio e que buscavam qualificação.

O curso era oferecido no período diurno e a maioria dos alunos tinha dificuldades em freqüentar aulas devido ao trabalho. Inicialmente, no primeiro ano, matricularam-se 28 alunos. Sete desistiram, restando 21. Desses, a frequência média foi de 50%, índice bastante baixo. No final do curso sabe-se que apenas um aluno desta turma formou-se, Valentim Bouças, que se tornou economista de nome reconhecido no meio comercial (VIEIRA; CALEFFI, 2009).

A despeito disso, assumiu a Diretoria o Dr. Adolpho Porchat de Assis³³, médico que fazia parte de um grupo de intelectuais da cidade envolvidos com novas propostas educacionais e cuja rede de sociabilidade incluía pessoas da cidade com formação superior, como médicos, advogados, engenheiros e outros intelectuais. Foram eles os primeiros professores da Academia do Comércio.

Desses educadores, alguns assumiram disciplinas de caráter mais geral, como Adolpho Porchat de Assis, que foi professor de *Geographia Geral e especialmente do Brasil* e João Carvalhal Filho, de *Historia do Brazil*. Outros lecionaram disciplinas mais especificamente profissionalizantes, como Benedicto Calixto de Jesus, *Calligraphia, Desenho Linear e Industrial*, Waldomiro Silveira, *Noções de Direito Constitucional, Civil, Industrial e Commercial e Prática Jurídica*, e José Caetano Munhoz, *Contabilidade Mercantil e Legislação de Fazenda Aduaneira*.

No seu primeiro relatório apresentado à Câmara, Porchat de Assis justifica as alterações no estatuto alegando que a vida social santista era:

[...] de difficil adaptação aos processos geraes pedagógicos, pela facilidade de fugir nossa mocidade à sua engrenagem, por encontrar na esphera circumscripita da vida comercial em que nos achamos,

³³Médico Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1885, atuou como médico na Câmara Municipal de Santos, na Associação Beneficente da Cia. Docas, entre outras. Lecionou na Academia de Comércio de Santos, no Liceu Feminino Santista e no Instituto D. Escolástica Rosa.

uma movimentação autônoma e portanto, livre completamente, mais sedutora mesmo quanto ao lado prático e de futuro na luta pela vida³⁴.

Isto porque os jovens alunos, muitas vezes já empregados e envolvidos nas atividades comerciais, deixavam de frequentar as aulas. Artigo publicado no jornal *Diário de Santos*³⁵ insiste na importância e na dedicação que os alunos devem ter nos estudos, e ao final pergunta: “[...] não seria proveitoso abandonar uma ou duas horas, durante alguns dias da semana, os cinemas e cafés e as flanações para dar ao espírito o conhecimento os necessários e elevá-lo à altura de produzir algo de distinto e aproveitável no seio de uma classe?” Este comentário dá indícios de que as ausências podem não se dever apenas à dedicação que os jovens tinham ao trabalho.

Assim, para acolher os alunos que eram impossibilitados de frequentar todas as aulas, ou se interessavam apenas por uma disciplina específica, mas sem descuidar da obrigatoriedade da frequência às aulas, o novo regulamento criou três classes de alunos: matriculados (obrigados a frequentar o curso), livres e ouvintes (transição entre as duas classes). Os alunos excluídos do primeiro grupo, provavelmente pelo número de faltas, eram incluídos como livres. A classe de ouvintes deveria atender aqueles que se interessassem por disciplinas ou aulas específicas.

Oportunidades de trabalho qualificado aumentaram em função do aumento do volume das importações e exportações, da movimentação de passageiros, da expansão da Cia. Docas, entre outros. O mercado internacional passou, também, gradativamente, a ter mais influência sobre o mercado interno, exigindo o acompanhamento das movimentações comerciais estrangeiras.

³⁴Relatório da Academia de Comércio de Santos, apresentado à Câmara Municipal relativo ao ano de 1908, p. 52.

³⁵Jornal *Diário de Santos* de 23/04/1913.

Considerações Finais

O presente trabalho procurou conhecer e compreender a situação da educação na cidade de Santos o período inicial da República, por meio da identificação de iniciativas educacionais, públicas e privadas. Além disso, procuramos conhecer as mudanças sociais e político-administrativas e estudar alguns casos específicos de escolas criadas nesse contexto, para atingir esses objetivos.

A partir do conhecimento das diferentes iniciativas educacionais identificadas no período estudado, novos caminhos foram sinalizados para futura pesquisa, como a relação entre a política e a educação e os projetos individuais e de grupos de políticos e educadores e sua difusão e realização na sociedade.

O período estudado é pouco explorado nas investigações sobre a cidade. Os trabalhos geralmente ficaram restritos à expansão urbana, solução das epidemias e desenvolvimento do porto, ou por outro lado, ficaram focados nas instituições educacionais e suas práticas educativas. Procuramos dar uma contribuição, ainda que modesta, à História da Educação e à História Política da região, destacando a relação entre a política e a educação, e entre esta e os projetos de cidade e de cidadão dos grupos sociais e políticos que atuaram no início da república.

Foram diversas as transformações na virada do século XIX para o XX. Santos passou por modificações de ordem econômica, política e cultural, com o desenvolvimento do comércio cafeeiro, a modernização do porto, o crescimento populacional com a chegada de imigrantes, e com eles novas ideias e modos de viver na cidade, a mudança de regime político etc.

Tudo isso afetou culturalmente a população santista. Especialmente aqueles que tinham contato com as ideias que fervilhavam no Rio de Janeiro e em São Paulo e procuravam pôr em prática novas formas de viver no mundo novo que se mostrava.

As representações republicanas e modos de entender a liberdade, cidadania e autonomia municipal, como o liberalismo, jacobinismo e positivismo foram recepcionados e postos em prática de diferentes maneiras, conforme esses ideais se confrontaram com a realidade, originando conflitos políticos e sociais.

Os novos problemas que surgiram necessitavam de novas soluções. Na década de 1890 o país passava por um momento de consolidação da República e de suas instituições. As Câmaras Municipais – antigas formas monárquicas de solução dos problemas da cidade – foram substituídas pelos Conselhos de Intendência, e com eles todas as diferentes concepções das correntes republicanas.

Assim entraram em conflitos as diferentes formas de entender essa realidade, e os grupos defensores dessas visões disputam entre si. Neste caso é importante o fato de que, principalmente depois do crescimento do comércio cafeeiro em Santos, os republicanos no governo do Estado de São Paulo passam a se interessar pelos destinos da cidade.

Depois da pesquisa documental realizada e da análise dos resultados, pode-se concluir que, no contexto exposto, surgiu a Constituição Política do Município de Santos, forjada a partir da visão de mundo de um grupo de políticos e intelectuais, e da vivência desses sujeitos dos conflitos políticos como: a oposição que até então faziam ao governo, a adesão à Revolta da Armada e a defesa da liberdade do município.

Com a análise das Atas das sessões da Câmara e do Conselho de Intendência, e da legislação como fontes, procuramos compreender os projetos oficiais e os conflitos existentes.

A pesquisa histórica da legislação serve para compreender quais as ideologias, ideias e interesses de nossos legisladores. Estudos nesse sentido podem ser importantes para entender a sociedade em que vivemos, sobretudo para perceber que as leis surgem a partir de interesses específicos, para proteger intenções e desejos de grupos, e, especialmente, carregadas de ideais.

A propaganda republicana ficou conhecida por valorizar a educação, ao ponto de apontar ausência de iniciativas do período imperial, e colocar-se como responsável por sanar os problemas educacionais do país.

No entanto, pelo menos no que diz respeito a Santos, os documentos apontam coisa diferente. No primeiro capítulo identificamos que eram diversas as escola criadas, desde o Império, criadas por empreendimentos particulares e privados, mantidas por grupos sociais diversos, como imigrantes, associações de trabalhadores, instituições religiosas, empresas e membros da elite econômica da cidade.

O envolvimento público era tímido, e quase inalterado nos primeiros anos do novo regime. Somente anos após a virada do século é que os projetos republicanos realmente tiveram impacto na educação santista.

Já no segundo capítulo pesquisamos as modificações político – administrativas que ocorreram com o novo regime, e entre elas o regime de Intendências e a Constituição Municipal de Santos de 1894a partir do estudo das influencias que a mesma sofreu das transformações da sociedade e do ideário republicano dos grupos de intelectuais e políticos envolvidos em sua elaboração.

Percebeu-se que a Constituição Municipal de Santos de 1894 foi uma tentativa de organizar a administração municipal da cidade, segundo uma representação própria de República, fruto das transformações sociais e políticas pelas quais passava o país e especificamente a cidade de Santos.

Por fim, no terceiro capítulo procuramos perceber como se deu a disputa de poder e as mudanças nos projetos político-educacionais dos grupos republicanos, a partir da apresentação de três casos.

A criação de um Grupo Escolar por iniciativa de políticos ligados ao Governo do Estado de São Paulo (Escola Cesário Bastos), mesmo que funcionando em local improvisado, a demora na criação de outro Grupo Escolar (Escola Barnabé), por ser empreendido pelo governo municipal e por esperar um edifício nos moldes dos Templos de Saber, são indicativos das diferentes

maneiras de entender a educação entre os republicanos, e de que esta era uma forma de firmar-se no poder.

A criação da Academia de Comércio de Santos, no último ano do período das intendências é relevante para perceber como as modificações ocorridas na cidade possibilitaram alterações também nos modos de vida social e comercial da cidade de Santos, possibilitando entender suas influências sobre a cultura local e que se refletiram sobre as representações de acerca da necessidade de educação, tanto elementar como profissionalizante, culminando com a criação de uma escola preparatória para as atividades comerciais.

Contudo muito ainda há para se fazer com a documentação e temática relativa à Câmara e à Intendência Municipal e seus atores. Parte desses materiais não tenha subsistido ao tempo, e ainda esteja em processo de organização arquivística na Fundação Arquivo e Memória de Santos, pensamos que seja importante seu estudo.

REFERÊNCIAS

Documentos oficiais

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Atas das sessões da Câmara Municipal de Santos, 1892-1894. Acervo do Fundo Intendência Municipal de Santos. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Atas das sessões da Câmara Municipal de Santos, 1894-1895. Acervo do Fundo Intendência Municipal de Santos. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Atas das sessões da Câmara Municipal de Santos, 1895-1896. Acervo do Fundo Intendência Municipal de Santos. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Atas das sessões da Câmara Municipal de Santos, 1896-1898. Acervo do Fundo Intendência Municipal de Santos. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Atas das sessões da Câmara Municipal de Santos, 1898-1899. Acervo do Fundo Intendência Municipal de Santos. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Atas das sessões da Câmara Municipal de Santos, 1899-1901. Acervo do Fundo Intendência Municipal de Santos. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Atas das sessões da Câmara Municipal de Santos, 1901-1903. Acervo do Fundo Intendência Municipal de Santos. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Relatório a Câmara Municipal de Santos relativo ao ano de 1898. Santos, 1899.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Relatório a Câmara Municipal de Santos relativo ao ano de 1899. Santos, 1900.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Relatório a Câmara Municipal de Santos relativo ao ano de 1900. Santos, 1901.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Relatório a Câmara Municipal de Santos relativo ao ano de 1901. Santos, 1902.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Relatório a Câmara Municipal de Santos relativo ao ano de 1903. Santos, 1904.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Legado Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes, 1893-1901. Acervo do Fundo Intendência Municipal de Santos. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do governo do Estado. Anos: 1907-1908.

Bibliografia

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. *As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro – São Paulo, (1889-1920)*. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ALVARO, Guilherme. A campanha sanitária de Santos - Suas causas e seus efeitos. Edição do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo/Casa Duprat, 1919

ALVES, Alexandre . A imprensa na cidade de Santos: 1849-1830. Projeto História (PUCSP), v. 35, p. 39-62, 2007

ALVES, Alexandre. A imprensa e a cidade de Santos: 1849-1930. Santos: Fundação Arquivo e Memória de Santos, 2008 Disponível em: <http://www.fundasantos.org.br/page.php?37>. Acessado em 16 de out. de 2009

ANDRADE, Wilma Therezinha F. de. O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos 1870-1930. 1989. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

ANDRADE, Katherine Realle Nóbrega de, Porto de Santos: o surgimento da cultura de resistência à globalização. Monografia (especialização em Gestão da Comunicação) Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. 2009

BERNARDINI, Sidney Piochi. Os planos da cidade: as políticas de intervenção urbana em Santos, de Estevan Fuertes a Saturnino de Brito, 1892-1910. São Carlos, SP: RiMa, 2006.

BICCAS, Maurilane de Souza. Galícia e Brasil: migração, escolarização e alfabetização de adolescentes e adultos (1871-1936). relatório Cnpq 2013.

BRASIL, Márcio. A escola da Societá Italiana di Beneficenza de Santos. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação - A Educação e seus Sujeitos na História, 2006, Goiania. A Educação e seus sujeitos na História, 2006.

CARMO, Bruno Bortoloto do . Medicina social e o combate da febre amarela em Santos (1850 - 1854). In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O longo caminho. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, M. M. C. de. Reformas da Instrução Pública In: LOPES, E. M. T. atall (org). 500 anos de educação do Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Rosimeri Maria de. *Um imposto para instrução pública: O alvitre de A Tribuna (1915) e a "municipalização" do ensino em Santos*. Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade (2006).

CERQUEIRA, Rita Márcia Martins, O Plano de Classificação do Fundo Câmara Municipal de Santos. Monografia – apresentada ao Curso de MBA em Arquivologia e Gestão Documental, Universidade Paulista – UNIP Santos, 2007.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CRETELLA JÚNIOR, José. Direito Municipal. São Paulo: Leud, 1975.

CRUZ, Heloisa de Faria. São Paulo de papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915). São Paulo: EDUC; FAPESP, Arquivo do Estado de São Paulo, 2000.

CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais*. 4ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 13. ed. São Paulo: Editora Globo, 1998. 2 v.

FARIA FILHO, L. M. de. A Legislação Escolar como Fonte para a História da Educação: Uma tentativa de Interpretação. In: VIDAL, D. G. GONDRA, J. G., FARIA FILHO, L. M. de, DUARTE, R. H. Educação, Modernidade e Civilização: Fontes e Perspectivas de Análise. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano e VIDAL, Diana. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Mai/Jun/Jul/Ago, Nº 14, 2000.

FRAGO, A. V., ESCOLANO, A. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GITAHY, Maria. L. C. *Ventos do Mar*. Trabalhadores do Porto, Movimento Operário e Cultura Urbana Em Santos, 1889-1914. SAO PAULO: UNESP, 1992. 189 p.

GOMES, Ângela M. de Castro. Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

GOMES, Ângela M. de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de Festa. Luso-Brazilian Review. 2004, 41.1, p. 80-106. Disponível em http://muse.jhu.edu/journals/luso-brazilian_review/v041/41.1gomes.html#top. Acesso em 10 out. 2009.

GONÇALVES, Paulo Cesar . A cidade de São Paulo: um entreposto de braços para a lavoura cafeeira. Revista Cordis, v. 2, p. 01-20, 2009.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro. Sao Paulo: Cortez, 2008.

HILSDORF, M. L. S. Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador. 1987. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

HILSDORF, M. L. S. História da educação brasileira: leituras São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JORGE, K. C. Urbanismo no Brasil Império: A Saúde Pública na Cidade de São Paulo no Século XIX Dissertação (Mestrado em Urbanismo)Pontifícia Universidade Católica de Campinas 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: Revista Brasileira de História da Educação. Sociedade Brasileira de História de Educação/ Autores Associados: Campinas. Janeiro/junho, 2001, n. 1, p. 9-43.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. Uma cidade na transição: Santos 1870/1913. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 5.ed. São Paulo: Alfa - Omega, 1986.

LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1967.

LOURENÇO, Elaine; RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. Leitura e formação do cidadão republicano na escola elementar paulista. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro; ODALIA, Nilo. (Org.). História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista. São Paulo: Ed. Unesp; Arquivo do Estado; IMESP, 2010.

LUSTOSA, Frei Oscar de Figueiredo. *A Presença da Igreja no Brasil*. São Paulo: Editora Giro, 1977.

MACHADO, Maria Helena P.T. De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação. In: GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. (Org) Quase Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Editora FGV, 2007.

MARQUES JR., Arnaldo Ferreira. Fundo Câmara de Santos (1824-1889): pesquisa histórica de apoio ao trabalho de organização arquivística. Santos, Centro da Memória Cultural/ Prefeitura Municipal de Santos, 1994. (digit.)

MATOS, M. Izilda S. . Santos o porto do café. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 30, p. 9-27, 2005.

MIZUBUTI, S. . Sobre a Formação da Mão de Obra Industrial no Brasil e a Imigração Estrangeira: 1890 - 1930. GEOgraphia (UFF), v. 5, p. 61-73, 2001.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PAIXÃO, Carlos Jorge. O positivismo ilustrado no Brasil. Trilhas Revista do Centro de Ciências Humanas e Educação, Belém/ PA, v. 3, p. 7-14, 2000.

PEDRO, Carina Marcondes Ferreira. *Casas importadoras de Santos e seus agentes: comércio e cultura material*. Dissertação (Mestrado em Programa de

Pós-Graduação em História Social) - Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Práticas Educativas no contexto da Educação Paulista na Primeira República. Revista Eletrônica Pesquiseduca – p.201-219, v.04, n. 07, jan.-jul.2012

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Saberes de professores com formação europeia em Santos (década de 1910). In: IX Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste: Pesquisa em Educação no Brasil: Balanço do Século XX e desafios para o século XXI. São Carlos: Editora da UFScar, 2009. v. 1. p. 1-12.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Santos nos caminhos da educação popular: 1870/1920. São Paulo: Loyola. 1996.

PIRES, Maria Coeli Simões. Autonomia Municipal no Estado Brasileiro. Revista de Informação Legislativa, Brasília, n. 142, p. 143-165, 1999.

PORTA, Eliane Veiga. Imigrantes espanhóis em Santos, 1880-1920. Tese (doutorado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PRATES, Eliane G. C. Alberto Veiga (1859-1923): Um Intelectual Luso-Brasileiro e a Educação em Santos. In: VII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2008, Porto:SPCE, ANPEd, SBHE. -2008. VII congresso Luso-Brasileiro de História da Educação Cultura Escolar, Migrações e Cidadania. Porto, Portugal: Porto Editora, 2008. v. I.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1976

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Os radicais da república: jacobinismo - ideologia e ação, 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986. 279p

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*: origens do ensino público paulista. Campinas: Autores Associados, 1995.

ROCHA SANTOS, André da. O Centro de Santos: intervenções, legislação e projetos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2008

RODRIGUES, Olao. História da imprensa de Santos. Santos: A Tribuna, 1979. 274p.

RODRIGUES, Olao. *Veja Santos!* Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1973.

ROSEMBERG, André. Ordem e Burla. São Paulo: Alameda, 2006

SANTOS, Chintia Regina de Araújo Evangelista dos. Santos das Avenidas: a moradia burguesa do início do século XX. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2007

SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos*: Poliantéia Santista. 2. ed. São Vicente: CAUDEX, 1986. 2v.

SILVA JUNIOR, A. C.; VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. Espaço Escolar nos Oitocentos: Uma Contribuição à Discussão. In: IX CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2009, Rio de Janeiro: IX Cihela, 2009. v. 1.

SILVA, Fernando Teixeira da. Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. 480 p.

SILVA, Ivani Ribeiro da. Giufredo Santini: O grande comandante. Santos: Leopoldianun, 2005.

SILVA, Wilson Dias da. *O Instituto D. Escolástica Rosa*: a gestão de Pedro Crescenti 1934-1945. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos.

SILVEIRA, R.M.G. *Republicanism and federalism*: um estudo da implantação da República brasileira (1889-1902). Brasília: Senado Federal, 1978.

SOUZA, Rosa Fátima. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). Universidade Estadual Paulista/Araraquara, São Paulo, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização*: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIDAL, Diana Gonçalves . Galicía e Brasil, tecendo histórias da educação (1871-1936). Sarmiento (Vigo), v. 12, p. 111-126, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares*: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto . A conveniência de um asilo de órfãos na cidade de Santos. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 4, p. 61/5-77, 2009.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. *A educação à serviço da "modernidade": o Asilo de Órfãos de Santos (1908-1931)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.